

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA SOCIEDADE E DESENVOLVIMENTO REGIONAL
LICENCIATURA EM GEOGRAFIA

ALINE CABRAL LIRIO BRITO

**A DESIGUALDADE DE GÊNERO NO MERCADO DE TRABALHO EM CAMPOS
DOS GOYTACAZES-RJ E A IMPORTÂNCIA DAS POLÍTICAS DE
TRANSFERÊNCIA DE RENDA.**

Campos dos Goytacazes

2023

ALINE CABRAL LIRIO BRITO

**A DESIGUALDADE DE GÊNERO NO MERCADO DE TRABALHO EM CAMPOS
DOS GOYTACAZES-RJ E A IMPORTÂNCIA DAS POLÍTICAS DE
TRANSFERÊNCIA DE RENDA.**

Trabalho de conclusão de curso
apresentado ao curso de licenciatura em
Geografia, como requisito parcial para
conclusão do curso.

Orientadora:

Prof^a. Dr^a. Erika Vanessa Moreira Santos

Campos dos Goytacazes

2023

[Nesta folha deve ser inserida a ficha catalográfica. Ela será gerada pelo próprio aluno através desse link:

<http://www.bibliotecas.uff.br/binf/ficha-catalografica>

Em caso de dúvidas, favor entrar em contato com a BINF através do e-mail binf@ndc.uff.br]

ALINE CABRAL LIRIO BRITO

**A DESIGUALDADE DE GÊNERO NO MERCADO DE TRABALHO EM CAMPOS
DOS GOYTACAZES-RJ E A IMPORTÂNCIA DAS POLÍTICAS DE
TRANSFERÊNCIA DE RENDA.**

Trabalho de conclusão de curso
apresentado ao curso de licenciatura em
Geografia, como requisito parcial para
conclusão do curso.

Aprovada em 23 de fevereiro de 2023.

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª. Dr^ª. Erika Vanessa Moreira Santos (Orientadora) - UFF

Prof^ª. Dr^ª. Maria Carla Barretos Santos Martins - UFF

Prof^ª. Me. Cintia Cristina Lisboa da Silva UEPG

Campos dos Goytacazes

2023

AGRADECIMENTOS

Embora a redação de Trabalho de Conclusão de Curso seja um trabalho solitário, às vezes até enclausurante, ele não seria possível sem a ajuda de uma porção de pessoas, órgãos ou instituições.

Portanto, não poderia deixar de relacionar aqueles que, direta ou indiretamente, deram a sua contribuição para que essa minha empreitada fosse concluída. Como desde a preparação do projeto, para a conclusão da graduação, sabendo que a memória é uma coisa sempre traiçoeira, é possível que eu termine por esquecer de citar alguém a quem, de antemão, peço aqui minhas sinceras desculpas.

Não poderia começar esta lista se não fosse pela minha orientadora. Com seu jeito firme, zelosa, a Erika, de maneira paciente e competente, mostrou-me os difíceis caminhos dos métodos geográficos, facilitando a minha escolha. Sempre presente e disponível para qualquer conversa, ela nunca deixou que eu me perdesse em conceitos fáceis, afirmações falhas ou interpretações duvidosas, dando-me a exata dimensão do que deve ser um Trabalho de Conclusão de Curso. Sem sombra de dúvida teceu a minha vida acadêmica e se mostrou referência na minha vida e de toda a minha família.

Devo agradecer à UFF que, por meio da Coordenação que deu-me o apoio necessário, intermediando a bolsa da PROAES, Agradeço, também, aos meus amigos da Universidade, Felipe Aguiar, Isa Ribeiro, Renata Hilel, Lais Souza, Carolina Jamar e também a Laura Almeida.

Agradeço a Família NERU pelo apoio incondicional aos professores Socorro, Vanusa, Leandro e Daniele Cintra.

Grata a todos os professores pelos seus ensinamentos e em carinho ao Prof.º Dr. Edimilson Mota que me auxiliou na formação da minha identidade de mulher preta, no reconhecimento dos meus valores e da minha força e capacidade, meu muito obrigada ! A professora Maria Carla Barretos Santos Martins e a Doutoranda Cintia Lisboa por ter aceitado o convite para a banca. E não menos importante, meus filhos, que sempre acreditaram em mim mesmo quando eu já havia desistido de concluir esse trabalho de conclusão de curso.

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a duas mulheres muito especiais, a primeira a minha mãe Eloiza Helena Cabral dos Santos. Tudo que sou e tudo que aprendi foi mediante ao seu esforço e dedicação, por negar a si mesma para ofertar o que melhor podia dar , a segunda à minha orientadora Erika Vanessa Moreira Santos por acreditar em mim , por não desistir de mim mesmo quando tinha posto um ponto final na minha graduação. Não tenho palavras para expressar minha admiração e agradecimento por todos os seus feitos fora dos muros da universidade.

Mama África (a minha mãe) é mãe solteira
E tem que fazer mamadeira todo dia
Além de trabalhar como empacotadeira nas Casas Bahia.

Chico César.

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar a desigualdade de gênero no mercado de trabalho em Campos dos Goytacazes - RJ, tendo como base o conceito de interseccionalidade, para isso foi feito um levantamento bibliográfico e quantitativo. Entre as autoras que discorre sobre o tema estão: Kergoat (1996), Saffioti (1976), Silva (2018) e Toro (2018). Para entender a desigualdade de gênero no mercado de trabalho em Campos dos Goytacazes, foram utilizados os dados das mulheres cadastradas no CRAS e receptoras do extinto programa Bolsa Família atual Auxílio Brasil. Utilizamos também os dados da pesquisa estatística de gênero (2010) realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e os dados do relatório técnico de mulheres no cadastro único, realizado pela prefeitura de Campos dos Goytacazes - RJ. Como resultado constatamos que a mulher está em uma posição historicamente desprivilegiada, e que a maior parte das mulheres receptoras do auxílio Brasil é chefes de família sem cônjuge.

Palavras-chave: Desigualdade de Gênero, Mercado de Trabalho, Chefia Feminina.

ABSTRACT

This paper aims to analyze gender inequality in the labor market in Campos dos Goytacazes - RJ, based on the concept of intersectionality, for this was made a bibliographic and quantitative survey. Among the authors who talk about the theme are: Kergoat (1996), Saffioti (1976), Silva (2018) and Toro (2018). To understand the gender inequality in the labor market in Campos dos Goytacazes, we used the data of women registered in the CRAS and recipients of the extinct Bolsa Família current *Auxílio Brasil Program*. We also used data from the gender statistical research (2010) conducted by the Brazilian Institute of Geography and Statistics and the data from the technical report of women in the single register, conducted by the city of Campos dos Goytacazes - RJ. As a result we found that the woman is in a historically underprivileged position, and that most of the women receiving the aid Brazil is heads of family without spouse.

Keywords: Gender Inequality, Labor Market, Female Leadership.

LISTA DE MAPAS

Mapa 1: Bairros que compõem os territórios da assistência social (CRAS E CREAS) em Campos dos Goytacazes - RJ	54
Mapa 2: Número de famílias cuja referência familiar é feminina que recebem o programa bolsa família em Campos Goytacazes - RJ - 2021	55
Mapa 3: Número de famílias com arranjo monoparental feminino que recebem o programa bolsa família em Campos dos Goytacazes - RJ	56
Mapa 4: Número de mulheres no cadastro único que trabalharam em 2021	57

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AP	Arranjo Populacional
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
DATAPREV	Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social
DATASUS	Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde
ERJ	Estado do Rio de Janeiro
FES	Fundos Estaduais de Saúde
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDM	Índice de Desenvolvimento Municipal
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
PBF	Programa Bolsa Família
PP	Política Pública
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
SMDHS	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano e Socioassistencial
SUS	Sistema Único de Saúde
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
UBS	Unidades Básicas de Saúde

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO 1: ENTENDENDO O MERCADO DE TRABALHO NO BRASIL	15
1.1 Breve considerações da inserção da mulher no mercado de trabalho brasileiro	18
1.2 Considerações sobre interseccionalidade	19
CAPÍTULO 2: MERCADO DE TRABALHO E A MULHER	20
2.1 Trabalho Feminino	21
2.2 Mercado de trabalho e as mulheres	23
2.3 Fatores de Ordem Sociais e Naturais que envolvem a condição da mulher	26
2.3.1 A Maternidade	26
2.3.2 Discriminação e Preconceito pelo Sexo	28
2.3.3 Sociedade de classe e a família	30
2.3.4 Desigualdade de gênero, sexo e classe	31
2.3.5 Interseccionalidade e o trabalho feminino	32
CAPÍTULO 3: ANÁLISE DO MERCADO DE TRABALHO DA MULHER NO MUNICÍPIO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES	35
3.1 Considerações sobre as mulheres chefes de família e mercado de trabalho	38
3.2 Políticas públicas e as mulheres: Bolsa Família/ Auxílio Brasil a partir de dados coletados na base de Consulta, Seleção e Extração de Informações (CECAD)	44
3.2.1 Programa Bolsa Família atual Auxílio Brasil	50
3.2.2 Programa Auxílio Brasil	51
3.2.3 Panorama Geral do CRAS E CREAS - Campos dos Goytacazes - RJ	52
3.2.4 Panorama por território do CRAS E CREAS	53
4. Considerações Finais	59
Referências Bibliográficas	59

1. INTRODUÇÃO

A partir de 1970, com as transformações econômicas e sociais ocorridas devido ao processo de industrialização, houve mudanças significativas no mercado de trabalho e a inserção maciça da mulher na esfera privada. No entanto, as marcas do período colonial estavam presentes e estão presentes até os dias atuais, no que diz respeito aos padrões e códigos criados por homens, brancos, europeus e heterossexuais. Os quais em sua maioria colocam a mulher no lugar de inferioridade e precarização.

Portanto, a trajetória enfrentada pelas mulheres para se inserir no mercado de trabalho, depara-se com obstáculos que são impostos por padrões culturais onde as mulheres estão predestinadas ao cuidado familiar, o trabalho doméstico e manuais. E vale destacar ainda, as jornadas duplas exercidas pelas mulheres, trabalham fora do domicílio, e dentro deles, nos afazeres domésticos e dedicação familiar.

Segundo Monteiro (2015) para que seja possível compreender a condição das mulheres no mercado de trabalho, precisamos entender “a questão dos estereótipos como elemento central, uma vez que a ideia de que existem diferenças sexuais inatas ainda é partilhada pelo senso comum, com frases como, por exemplo, que os homens são governados pela razão e as mulheres pelo coração” (MONTEIRO, 2015, p. 79).

Nessa mesma direção, autoras como Saffioti (1976), Silva (2018), Toro (2018) asseveram que para entender o papel da mulher na sociedade atualmente é necessário considerar a intersecção entre as categorias de raça, classe, sexualidade, e analisá-las de forma dialética ao longo do tempo.

Segundo Kergoat (1996) essas categorias não são fixas e estão em constante disputa de espaço e negociações que são feitas em micro escala, no dia a dia e também em macro escala se pensarmos em políticas públicas que envolvem uma esfera mais coletiva, portanto estão sempre em renegociação.

Portanto, o presente trabalho tem como objetivo analisar a desigualdade de gênero considerando a interseccionalidade, para isso foi feito um levantamento bibliográfico e quantitativo. Para entender o mercado de trabalho da mulher no município de Campos dos Goytacazes, foi utilizado dados da pesquisa estatística de gênero (2010) realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e os dados do relatório técnico de mulheres no Cadastro Único, realizado pela prefeitura de Campos dos Goytacazes - RJ.

O trabalho está dividido em três capítulos, sendo o primeiro capítulo um panorama da inserção da mulher no mercado de trabalho e uma discussão sobre interseccionalidade, o intuito

é trazer a interseccionalidade para discussão de gênero com o objetivo de entender o papel da mulher dialética e historicamente.

O segundo capítulo traz uma discussão mais profunda dos fatores que estão relacionados ao mercado de trabalho da mulher e seus diversos papéis na sociedade. O terceiro capítulo faz uma análise do mercado de trabalho de Campos considerando a última década.

Portanto, o objetivo do presente trabalho é analisar a desigualdade de gênero, com foco nas mulheres cadastradas no CRAS e receptoras do extinto programa bolsa família atual Auxílio Brasil. O intuito é contribuir com futuros trabalhos relacionados ao tema e dar voz a uma discussão de extrema importância para toda a sociedade.

CAPÍTULO 1: ENTENDENDO O MERCADO DE TRABALHO NO BRASIL

O objetivo do presente capítulo é traçar uma análise sobre as mudanças de comportamentos das mulheres antes e depois do trabalho e os reflexos dessas mudanças na família e no espaço. Para isso foram usadas autoras como Saffioti (1976), Silva (2018), Toro (2018).

Em 1942 foi lançada a música “Ai, que saudade da Amélia!” Canção composta por Mário Lago (letra) e Ataulfo Alves (revisão e música), inspirada na figura de uma empregada, a música materializou o estereótipo do conceito de mulher "Amélia". Essa figura bem difundida pela música traz características que ainda se perpetuam em nossa sociedade sexista e patriarcal e podemos perceber numa simples leitura o papel da mulher, como e onde ela deveria estar.

Vamos, para tanto, apresentar algumas visões diferentes sobre a canção. São visões que se destacam umas das outras. Uma primeira é a imagem hegemônica de Amélia construída na sociedade ao longo do tempo – aquela imagem já bem conhecida, que nos traz uma ideia sexista sobre ela. A segunda é uma interpretação que foi construída a partir de uma consciência de classe, em que os autores estão alinhados com o pensamento social dominante elitista do Rio de Janeiro da década de 1940, apresentando um problema para as classes pobres. A terceira também se refere à visão dominante, assim como a segunda, porém traz uma estrutura de sentimento quase oposta, em que a visão oficial acerca da canção está desalinhada com os ideais estadonovistas, apresentando uma solução diferente para o problema encontrado. Finalmente, a quarta leitura é ainda essa visão que parece ter sido entendida pelo Estado Novo, mas com outra estrutura de sentimento, a que parece ter sido compreendida pela “malandragem”, mas analisada, agora, de uma forma mais positiva para esse grupo. Ela inverte os papéis de Amélia com o da vaidosa companheira “atual” do eu lírico da canção, entendendo-a através de um diferente ponto de referência (FARIA, 2014, p. 105)

Geograficamente utilizaremos da categoria gênero para explicar apropriação e a dominação tanto do corpo como da mente que a mulher vem sofrendo amargamente com o senhorio masculino na tentativa de aprisionar a mulher aos moldes domésticos como se estivesse fadada as ocupações domésticas e familiares com a educação dos filhos. “[...] Os homens de classe dominada funcionam, pois como mediadores no processo de marginalização das mulheres de sua mesma classe da estrutura de poder ocupacional [...]” (SAFFIOTI, 2013, p. 17).

Marques (2016, p. 41) cita Simone de Beauvoir, a partir da obra *O Segundo Sexo* (1980), obra fundamental para a compreensão das causas da opressão feminina. Beauvoir *apud* Marques (2016) afirma que ser mulher é uma construção social e cultural. Ela refuta a ideia

freudiana de castração, alegando que a desmama do nascimento é igual para os dois sexos. Inclusive, a frustração da separação inicial na menina é menos brutal que no menino, já que ela recebe mais carinho e mais proteção; enquanto o menino é instigado a procurar precocemente sua independência, devendo o macho ser forte e viril. Assim, as mulheres que cercam o menino perpetuam a tradição de sua virilidade ao elogiar o seu pênis como se fosse um troféu ganho dos deuses.

Através desses moldes culturais que a entrada das mulheres no mercado de trabalho passa por infinitas dificuldades. Podemos citar vários elementos que influenciam a entrada ou até a permanência dessas mulheres no mercado de trabalho: raça, gênero e classe social, além também da maternidade e do matrimônio.

O cuidado da casa, da família e o advento da maternidade reforçam o enclausuramento da mulher no mundo doméstico, amenizado pelo poder concedido a ela sobre esse mundo. Tal fato se deve, principalmente, à condição econômica da mulher, pois esta dependia jurídica, moral, econômica e religiosamente do marido. (ROCHA-COUTINHO (1994) apud COSTA, 2018, p. 436)

As relações de gênero influenciam intimamente as relações familiares. A análise de gênero nas relações familiares possui uma maior conexão com a sociologia, transitando pela óptica primária da relação com o espaço.

Desta forma, além das teorias acerca dos gêneros, vamos nos apropriar de alguns conceitos e interpretação da sociologia e recorrer a um novo campo de estudos e investigações denominado geografia de gênero, que entende uma ligação entre as variáveis: gênero, raça e espaço. Nesta perspectiva, há uma dimensão espacial das relações raciais e de gênero bem demarcadas, o que justifica a existência de espaços em que determinados grupos sociais ou indivíduos se sentem habituados e outros que lhes são estranhos. (MARQUES, 2016, p.21)

Martins (2022) utiliza-se das análises de *Thomas Cooke*, uma referência nos estudos da geografia da família, onde o autor disserta em suas pesquisas os encadeamentos da conduta familiar entre mulheres e homens na mutabilidade, principalmente acerca de um “apagamento” econômico da mulher e os sacrifícios de seu *status* econômico.

ele entende que há um padrão na relação mobilidade e gênero, indicado por *tied movers*, isto é, pessoas que têm suas mobilidades presas, ou *tied stayers*, pessoas que permanecem menos, em literal, têm suas permanências

amarradas. As pesquisas indicam que as mulheres estão, em grande medida, no primeiro grupo, ao passo que os homens tendem a se movimentar mais, gerando o que vai ser chamado de *trailing wife effect* (MARTINS, 2022, p. 07).

Segundo Martins (2022) os levantamentos sobre a relação gênero e família, concepção tradicional ou clássica se reproduzem atualmente. A ascensão das pesquisas anglo-saxônicas acerca do espaço, gênero, família e domicílio é, em certa parte, uma conjectura geográfica e buscam de alguma forma, alcançar os elos e as incompatibilidades, repetidamente em realidades diferentes a outros continentes. Isso ocorre em decorrência da pouca leitura do tema em outras correntes do pensamento, sobretudo pela dificuldade de encontrar estudos de caso que não sejam os modelos norte-americanos ou europeus.

Mulheres sempre foram tratadas pela sociedade como algo inferior e com capacidade intelectual baixa em relação ao homem. Historicamente, as mulheres nunca se mantiveram afastadas do trabalho. A presença das mulheres é fundamental na manutenção do custeio familiar.

Na família, o homem é o burguês e a mulher representa o proletariado”; nesta frase podemos ver a essência da família patriarcal, em que há o domínio do homem sobre a mulher, sendo a família o âmbito primário de reprodução social; é também a reprodutora da desigualdade, uma vez que reproduz em seu cerne a hierarquização de papéis. Caracterizada como mão-de-obra gratuita, a mulher propiciou, e ainda permite, a auto-suficiência das residências, provendo a infra-estrutura para o funcionamento do sistema econômico mais amplo, exterior às famílias. (COSTA, 2018, p. 437).

Outro ponto importante, era pelo casamento que a mulher alcançava a realização pessoal. A mulher garantiria o reconhecimento pela sociedade, além de solidez e estabilidade econômica onde aquelas que se mantiveram solteiras ofertava sua força de trabalho no comércio devido sua inaptidão cível. Nesse ínterim, Saffioti (1976, p. 8) afirma que “a felicidade pessoal da mulher, tal como era então entendida, incluía necessariamente o casamento”. Através dele é que se consolidava sua posição social e se garantia sua estabilidade ou prosperidade econômica.”

Sejam elas casadas com disponibilidade de tempo vago ou àquelas que se destinavam ao trabalho sempre se esbarram com um modelo de vida onde a obediência era requisito principal dentro do padrão social da sociedade. Estar sobre a responsabilidade de um homem demonstrava segurança, ou seja, a figura masculina representava estar amparada e como reconhecimento ao bem que lhes era feito retribuem com auxílio nas atividades e com a subserviência.

De acordo com Saffioti (1976), com base no livro de sua autoria sob título *A mulher na sociedade de classe*, não se pode fazer uma análise sobre a questão da mulher sem que se leve em consideração a submissão da mulher ao homem e a desigualdade de direitos entre os sexos separadamente. A religião e a cultura foram grandes disseminadores dessas ideias onde a mulher vista como *vaso frágil* depende totalmente de um homem para ser protegida das ameaças externas, o que contribuiu para tornar a mulher “invisível”, no sentido de não questionar seus desejos, gostos, experiências e humanidade. Suas vontades eram anuladas e não se falava em igualdade de direitos. Via-se a mulher a partir de seu marido e suas ordens eram irrevogáveis e qualquer ato a mulher estava sujeita a julgamentos e castigos. Sobre isso, Safiotti (1976, p. 17) assevera:

Isto equivale a dizer que, afora as que permaneciam solteiras e as que se dedicavam às atividades comerciais, as mulheres, dada sua incapacidade civil, levavam uma existência dependente de seus maridos. E a asserção é válida quer se tomem as camadas ociosas em que a mulher dependia economicamente do homem, quer se atente para as camadas laboriosas nas quais a obediência da mulher ao marido era uma norma ditada pela tradição. Sob a capa de uma proteção que o homem deveria oferecer à mulher em virtude da fragilidade desta, aquele obtinha dela, ao mesmo tempo, a colaboração no trabalho e o comportamento submisso que as sociedades de família patriarcal sempre entenderam ser dever da mulher desenvolver em relação ao chefe da família (SAFIOTTI, 1976, p. 17).

Para muitas mulheres o casamento significa liberdade, no entanto, trocamos de cativeiros e de senhor, isto é, antes o nosso senhor, a figura masculina, era o pai, agora é o marido, que muitas vezes não valoriza a mulher, e até mesmo a violenta fisicamente e emocionalmente. E enquanto aos aspectos laborais, as mulheres casadas empregadas também são colocadas em segundo plano em relação aos seus maridos, as rendas do trabalho dessas mulheres são vistas como complementação da renda total do núcleo familiar, mesmo em situações em que o salário da mulher é superior em relação ao salário do marido.

1.1 Breve considerações da inserção da mulher no mercado de trabalho brasileiro

A inserção da mulher no mercado de trabalho brasileiro se deu mais expressivamente por volta dos anos 1939, no contexto da segunda guerra mundial, devido ao baixo quantitativo da mão de obra masculina em consequência da guerra. Nesse período a agricultura era a atividade econômica predominante no Brasil. A partir da década de 1940, com o processo de industrialização houve mudanças estruturais tanto nos aspectos econômicos quanto sociais,

portanto, a demanda pela mão de obra feminina aumentou, juntamente a isso a mentalidade dos empresários, políticos e sociedade em geral (RIBEIRO; JESUS, 2016).

Ribeiro e Jesus (2016) pontuam que esse período da inserção da mulher no mercado de trabalho brasileiro foi marcado por discriminação “apenas com o intuito de obter lucro, sendo vistas como melhor custo-benefício para o empregador por ofertar salários baixos e incompatíveis com as atividades exercidas” (RIBEIRO; JESUS, 2016, p. 45) .

E a inserção expressiva da mulher no mercado de trabalho ocorreu a partir de 1970, por diferentes razões, entre elas, a busca por uma complementação na renda familiar e elevação das expectativas de consumo em face da proliferação de novos produtos advindos da industrialização.

No entanto, durante a história da mulher no mercado de trabalho até os dias atuais, nos deparamos com barreiras, tais como as múltiplas jornadas de trabalho: mães, trabalho doméstico não remunerado, trabalho remunerado fora do lar, que nos afastam de buscar em primeiro plano projetos voltados para nossa qualificação profissional e realizações pessoais. É como se estivéssemos em uma gangorra. Uma vez que foi destinado às mulheres a obrigação de cuidar da família, da casa, ser uma boa esposa, mãe zelosa entre outras tantas funções.

1. 2 Considerações sobre interseccionalidade

Neste tópico temos o objetivo de analisar como a intersecção entre as categorias raça, classe e gênero atuam para entender o papel historicamente empregado a mulher, autoras como Joseli Maria Silva, Mary Garcia Castro, Kimberlé Crenshaw e Daniéle Kergoat entre outras, afirmam que tornar-se incompreensível a interpretação das desigualdades de gênero, sem considerar a intersecção entre diversas categorias.

Uma análise focada nas relações de classe pode deixar de fora o modo como as relações de gênero e o racismo configuram a dominação no capitalismo, posicionando as mulheres e a população não-branca em hierarquias que não estão contidas nas de classe, nem existem de forma independente e paralela a elas. Reduz, com isso, sua capacidade de explicar as formas correntes de dominação e os padrões de desigualdade. Do mesmo modo, uma análise das relações de gênero que não problematize o modo como as desigualdades de classe e de raça conformam o gênero, posicionando diferentemente as mulheres nas relações de poder e estabelecendo hierarquias entre elas, pode colaborar para suspender a validade de experiências e interesses de muitas mulheres. Seu potencial analítico assim como seu potencial transformador são, portanto, reduzidos (BIROLI; MIGUEL, 2015, p. 29-30).

Simonsen (2000), afirma que a geografia feminista tem sido essencial para análise entre espaço e corpo. Para isso a autora analisa a contribuição de três eixos da geografia sendo eles: 'As geografias do armário', 'Outros corpos' e 'Transcendendo dualismos'. A geografia do armário envolve as questões de performatividade; e a dos outros corpos e a transcendendo dualismo está ligado com os padrões dominantes, as dualidades entre corpo/mente, homem/natureza,

A materialidade do espaço apresenta toda força do discurso heteronormativo, forças mas também não é passível ao exercício do poder regulatório podendo apresentar fissuras pelas quais emergem as de subversão das normas estabelecidas (SILVA *et. al.*, 2018, p. 72)

Silva e Silva (2021) apontam sobre a importância de inserir o conceito de interseccionalidade nas discussões sobre gênero, ao passo que traz para discussões elementos como gênero, sexualidades e raça, que são essenciais para ultrapassar as tradicionais linhas de pesquisa acerca do tema as quais permite questionar hierarquizações e absolutização:

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcado, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento. (CRENSHAW, 2002, p. 177)

Complementar a isso Souza; Auad (2016) afirmam:

Mulher negra não desvincula o 'ser mulher' do 'ser negra', em outras vezes o 'ser mulher' do 'ser pobre', porque a mistura dessas categorias são percebidas de uma forma diferente pela sociedade e pelas próprias sujeitas, assim as categorias quando presentes em uma mesma pessoa se tornam inseparáveis (SOUZA; AUAD, 2016 p. 2)

As autoras ainda sinalizam, com base em Kergoat, que tais categorias não são fixas e estão em constante disputas e negociações. Em nossa história está intrínseca às marcas da colonialidade. Portanto, o presente trabalho vai trazer uma discussão sobre o mercado de trabalho em Campos dos Goytacazes considerando a intersecção entre gênero, raça, sexualidade e classe.

CAPÍTULO 2: MERCADO DE TRABALHO E A MULHER

2.1 Trabalho Feminino

O trabalho feminino, não somente nos dias atuais, vem se mantendo através dos tempos, em péssimas condições e geralmente ligados à precarização. O sistema capitalista coloca a mulher em condições contraditórias, desta forma, Toro (2018) afirma que o capitalismo¹ reforça e reproduz as relações de dominação e exploração feminina sobre as bases do patriarcado, intensificando a divisão sexual do trabalho e os papéis sociais que homens e mulheres introjetam. impondo sua característica marcante e o individualismo. O sistema capitalista concretiza a desigualdade em seu amplo sentido (social, racial, gênero etc.) num processo que atingem níveis acima da estrutura que se naturalizou a sua capacidade e inferioridade intelectual e a hegemonia masculina, acarretando impacto na organização social, ao mesmo tempo, em que as potencialidades das mulheres se tornam lucrativas, as injustiças sob a forma de aprofundam a precarização do trabalho

Nesse ínterim, a condição financeira, raça e escolaridade e estado civil são fatores intrínsecos na relação família e gênero. A grande questão é, ainda que ressaltando as desigualdades enfrentadas pelas diferentes etnias e a configuração familiar contribua para toda a complexidade da geografia da família, a presença da mulher sob a ótica de secundária subalternizada persiste e implica também na secundarização da problemática para construção de ferramentas políticas que contribuam para o papel da mulher nas relações da família.

Seguindo nesta seara, Kergoat (1996) descreve que o imbricamento entre capitalismo e patriarcado determinou a divisão sexual do trabalho que coloca preferencialmente os homens no âmbito produtivo e as mulheres no contexto reprodutivo, onde os homens detêm funções de grande valor social agregado, envolvendo além do mercado de trabalho, a política, religião, forças armadas, entre outros contextos (SILVA, 2019, p.55).

O trabalho da mulher ser irrelevante é um projeto colonial, o qual sustenta o papel do homem na sociedade, a figura do homem, branco, hetero e provedor. E o resultado disso são os cargos mais elevados serem ocupados por homens, em sua maioria brancos. E nesse contexto,

¹ Capitalismo é um determinado modo de produção de mercadorias, gerado, historicamente, desde o início da Idade Moderna e que encontrou sua plenitude no intenso processo de desenvolvimento industrial inglês, ao qual se chamou de Revolução Industrial”. **O que é capitalismo. (1986, p. 8).**

a mulher torna-se cada vez mais sendo vista como uma mercadoria, uma vez que devido sua condição natural seja incapaz de produzir nas mesmas condições de um homem.

Mesmo que, aparentemente, determinado contingente populacional seja marginalizado das relações de produção em virtude da sua raça ou de sexo, há que se buscar nas primeiras (relações de produção) a explicação da seleção de caráter racial e de sexo para operarem como marcas sociais que permitem hierarquizar, segundo uma escala de valores, os membros de uma sociedade historicamente dada (SAFFIOTI, 1976, p.20).

A primeira instância onde o capitalismo atua fortemente descende da necessidade das classes superiores, tendo como seu primeiro agente, as mulheres dessa classe hegemônica que não se privam da necessidade de usufruir do trabalho das mulheres das camadas mais pobres.

As desvantagens sociais contribuíram muito para que a inferiorização se perpetuasse de modo que pudessem extrair ao seu limite sua serventia através da ampliação da jornada de trabalho e o aumento das atividades laborais a um custo muito baixo se comparado ao trabalho masculino.

A discriminação por gênero atravessa todo o tecido social já que vivemos em uma sociedade androcêntrica, mas consideramos que há diferenças enormes entre o poder de emancipação e reação de uma mulher culta e da elite e de uma mulher pobre e analfabeta. Culturalmente as duas sofrem a mesma opressão e discriminação de gênero, mas de formas distintas, como vimos anteriormente. Pensamos que estas duas categorias, gênero e classe, se somam e produzem justamente o fenômeno da Feminização da Pobreza e isto pode ser percebido na persistência da situação econômica e cultural e na relegação dos filhos dessas mulheres à pobreza (SILVA, 2019, p. 9).

Sabemos da importância do trabalho para a mulher, mas não podemos ter o foco somente na independência financeira que ela possui. A questão está além dessa necessidade de ter uma fonte de renda monetária, mas focar no contexto da inserção da mulher no mercado de trabalho no que tange às desigualdades e opressões.

Dessa forma, compreendemos que o trabalho feminino faz parte da engrenagem do modo capitalista, mesmo que de uma forma desigual e com baixas remunerações e qualificações profissionais.

Os espaços historicamente destinados às mulheres têm relação com a ordem heterossexual dominante, que delegou à mulher espaços poucos privilegiados, seja no âmbito coletivo ou privado. As políticas criadas pelo mundo-moderno-colonial mediante seus

desconhecimentos resultaram em profundas perdas e expropriações para os grupos que estão aquém do sistema.

A hierarquia de gênero expressa por essa divisão sócio-sexual do trabalho influencia na desqualificação do trabalho feminino assalariado, “no sentido da desvalorização da força de trabalho e consequentemente desencadeando uma acentuada precarização feminina no mundo produtivo” (COSTA,2018,p.440 apud NOGUEIRA, 2010, p. 1)

2.2 Mercado de trabalho e as mulheres

O trabalho nas suas variadas formas se apropria no decorrer dos tempos dos conflitos da humanidade pelo desenvolvimento social na formação da vida. Conforme o processo de industrialização avança nos países subdesenvolvidos, as mulheres têm sido introduzidas a partir do momento que as necessidades do mercado surgem principalmente aqueles que sejam caracterizados menos relevantes, ou seja, a mão de obra feminina está, infelizmente, vinculada às atividades precárias com baixos salários, apesar de temos tido ganhos relevantes nos últimos anos.

Ainda que se trate com naturalidade autonomia e a liberdade entre as mulheres, a inserção delas no mercado de trabalho e as conquistas das políticas que favorecem-nas, provocam uma impressão de libertação e domínio sobre si e seus desejos. Efetivamente para uma parcela significativa de mulheres a inserção no mercado de trabalho viabilizou consistentemente a integração no mercado de consumo e também sua emancipação.

Dessa forma, o trabalho tornou-se uma categoria central na vida da mulher. Considerando que o trabalho possui significados diferentes de acordo com o contexto vivido, e apesar das disparidades entre os afazeres femininos e masculinos, verifica-se que o trabalho é a maior conquista feminina dos últimos tempos; ou seja, “o entendimento do trabalho enquanto atividade emancipadora é um grande ganho para as mulheres” (COELHO *apud* FRANÇA; SCHIMANSKI, 2009, p. 77). O trabalho formal e assalariado representa para muitas mulheres uma realização pessoal, pois configura-se em um espaço construído individualmente, no qual sentem-se valorizadas como pessoas. (COSTA, 2018, p.443).

Toro (2018) respalda-se em Kergoa (2009) para afirmar que não basta somente identificar as disparidades existentes nas relações sociais entre sexo feminino e masculino, todavia, é preciso aprofundamento para detectar os métodos e a estrutura que permitem essas

alteridades. Embora não podemos deixar de mencionar que a estrutura que mantém a divisão sexual do trabalho encontra-se no patriarcado, as quais são caracterizadas pelas seguintes dimensões:

- a relação entre os grupos assim definidos é antagônica;
- as diferenças constatadas entre as atividades dos homens e das mulheres são construções sociais, e não provenientes de uma causalidade biológica;
- essa construção social tem uma base material e não é unicamente ideológica; em outros termos, a “mudança de mentalidades” jamais acontecerá de forma espontânea, se estiver desconectada da divisão de trabalho concreta; podemos fazer uma abordagem histórica e periodizá-la;
- Essas relações sociais se baseiam antes de tudo numa relação hierárquica entre os sexos; trata-se de uma relação de poder, de dominação (KERGOAT, 2009, p.71)

A sociedade brasileira marginalizou o cuidado para com as mulheres de tal modo que naturalizou todos os tipos de violência sofridas, o patriarcado que é enclive na vida das mulheres, seja dentro dos seus lares como na vida profissional. “As diferentes formas de opressão estão presentes em todos os espaços, sejam eles públicos ou privados” (TORO, 2018, p. 72)

Quando se trata das mulheres casadas que não possuem rendimentos e que estão restritos aos afazeres domésticos, suas atividades são usurpadas pelos seus cônjuges caracterizando uma permuta desproporcional, onde o homem é responsável pelo "ganha pão" e a mulher se dedica integralmente ao bem estar da família.

[...] As atividades efetuadas por mulheres, crianças e quem mais estivesse envolvido não eram remuneradas e sempre foram apropriadas pelo chefe da família que garantia a essas pessoas o sustento de suas vidas [...] (TORO, 2018, p. 74)

O que nos chama atenção nos dias atuais é que o mesmo tipo de trabalho ofertado gratuitamente no ambiente doméstico no momento em que passa para o ambiente fora do domicílio deixa de ser gratuito e ganha valor de troca, sendo reconhecido como produtivo ganhando visibilidade através da remuneração (TORO, 2018).

Embora o *nicho de mercado* seja uma multiplicidade no que se refere à ocupação profissional, as mulheres comumente são empregadas em atividades voltadas ao cuidado, serviço doméstico faxineiras, babás, diaristas, na educação (principalmente nos anos iniciais da educação infantil), no setor da saúde (enfermagem e cuidadoras), no setor alimentícios (nutrição, cozinheiras, merendeiras) entre outros.

No entanto, não se pode tratar as atividades domésticas ou de cuidado como insignificantes, pois quando exercidas fora dos lares assumem o papel importante na organização do trabalho.

[...] ao contrário, que não é a natureza dos trabalhos efetuados pelas mulheres que explica suas relações de produção, longe disso, mas que são essas relações que explicam que seus trabalhos sejam excluídos do mundo do valor. São as mulheres que são excluídas do mercado (de troca) enquanto agentes econômicos e não sua produção. (TORO *apud* DELPHY, 2018. p 73).

Se o processo de inserção da mulher no mercado de trabalho se depara com dificuldade, o retorno é um processo ainda mais difícil e lento, favorecendo cada vez mais as atividades precárias. A mulher é posta em posições inferiores a dos homens e com salários menores, sendo usado como discurso conservador a de que a capacidade física do homem é superior e, por isso, se justifica tal diferença salarial.

A mulher historicamente esteve ativa quando se diz respeito a exercer a sua força de trabalho, embora ainda não tenha conquistado o reconhecimento pela sua atuação laboral, o fato é de que transformações vêm acontecendo de forma lenta.

No último decênio, houve um crescimento da inserção da mulher no mercado de trabalho em setores então só exercido pelos homens, assim como uma mudança crescente das relações interpessoais e de hierarquizar o poder entre os gêneros.

O retorno das mulheres possibilita uma leitura sobre a subalternização do trabalho feminino em relação aos trabalhos dos homens, entendendo que os homens não executariam os afazeres domésticos e a incumbência de lidar com a prole. Há um retrocesso em pensar que haveria prejuízos se mantivessem as mulheres em seus postos de trabalho, esse pensamento colabora para permanência da sujeição economicamente do homem.

Entre os anos 1960 e 1970 as mulheres têm a sua imagem em ascensão, evidenciada pela inserção no mercado de trabalho através da inclusão em vários setores da sociedade sendo importante falar sobre a ocupação nos bancos universitários e atuação em âmbito político. Atualmente as mulheres ganharam espaço no mercado de trabalho no entanto ainda existe poucos avanços em políticas públicas e ações corporativas voltadas para as trabalhadoras, como pontua Cecilia Machado em um vídeo recentemente publicado sob o título: diversidade de gênero no mercado de trabalho²

² Diversidade de gênero no mercado de trabalho. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=PJyXkX50DZs>. acessado em: 07. jan. 2022

2.3 Fatores de ordem sociais e naturais que envolvem a condição da mulher

O objetivo deste tópico é trazer uma discussão sobre os fatores de ordem sociais e naturais que envolvem a diversidade de gênero no mercado de trabalho, quais sejam eles: maternidade, discriminação e preconceito sexual e gênero, sociedade de classe e família, e desigualdade de gênero, sexo e classe.

2.3.1 A Maternidade

Quando se pensa em trabalho feminino o fator natural e biológico são os primeiros a serem analisados, principalmente, quando associado à maternidade, a mulher a todo instante é subjugada entre escolher ou se manter no emprego ou realizar o desejo da maternidade. Para muitos empregadores a diminuição da produção, nos períodos entre o início da gestação e até os dias que antecedem o parto, interfere na sua capacidade de produzir, pode-se dizer que muitas mulheres que se enquadram nesse momento da vida procuram ter mais afinco nas suas funções para que não sejam dispensadas no retorno da licença maternidade.

A presença da mulher/mãe é de suma importância para mães e bebês são inteiramente prejudicados e o primeiro deles é a amamentação, pois já está imposto o tempo e para diminuir o sofrimento do bebê muitas mulheres introduzem o leite artificial, sendo assim a maternidade causam danos pessoais que produzem sequelas na identidade das mulheres.

É uma ilusão ter a maternidade como prejuízo nas relações de trabalho, sendo que independente desse fator as mulheres estão em constante desvantagem diante dos homens por si mesmo vemos os fatores naturais trazerem impactos na vida social. Todos nós nascemos de uma mulher que em determinado momento decidiram ser tornar mãe ou outras por motivos diversos chegaram a maternidade e que de fato temos é uma falta de estrutura para que ocorra no fluxo normal, a maternidade é vivida sozinha pela mulher cabe a ela abdicar do seu tempo, abrir mão de suas realizações pessoais. Ao homem cabe somente o sustento da família onde se justifica sua estada fora do lar e a isenção das responsabilidades na educação dos filhos.

Os filhos não são responsabilidade somente das mães, salvo naqueles casos em que a mulher resolve ter seus filhos independentes de um relacionamento conjugal, uma vez que somente através das mulheres que ocorre os nascimentos e, posteriormente, e produção de mão de obra, ou seja, para continuação e manutenção do sistema competitivo que mantém o sistema de produção capitalista cada vez mais produtivo e rentável ainda que a mulher seja participe da

metade do processo ela é a que mais sofre pela falta da estrutura e que atingida diretamente na sua vida profissional.

Algumas determinações no que diz respeito a estabilidade da mulher durante o período da gravidez de até 120 dias após parto no que tange aos vínculos de ordem privada uma vez que os serviços públicos proporcionam uma realidade diferente da privada ou seja 180 dias acrescido de 15 dias de amamentação, porém nos dois tipos de vínculo empregatício as mulheres têm direito de receber uma licença remunerada, ressalvado que esta licença é pertinente somente para mulheres com vínculo empregatício ou contribuem de forma privada com o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), todavia se torna em um paliativo diante das reais necessidades que as mulheres anseiam que é permanência com suas atividades profissionais sem danos ou pela pressão de ser dispensadas no retorno do trabalho. Outra dificuldade enfrentada pelas mulheres que as grandes empresas sempre preferem capacitar os homens justamente porque os homens não passam pelo processo da gravidez e não precisam se afastar do trabalho assim torna-se perceptível os mais altos cargos sendo preenchidos por eles, pois como a economia não para o tempo corresponde a produção as mulheres continuam cada vez mais ocupando os espaços em que os homens não querem ocupar por receber baixos salários.

Sendo assim para empresa de fundo privado que visa o lucro é um gasto desnecessário investir na capacitação das mulheres uma vez que devido à maternidade ou até mesmo o casamento as mulheres se afastam da atividade laboral e em todo tempo as empresas querem diminuir os gastos e aumentar sua produção para que todo investimento siga o ciclo normal do sistema capitalista e produção pelo excedente.

Esta integração periférica da mão de obra feminina no sistema de produção de bens e serviços é, portanto, legítima do ponto de vista do empregador. Muitas vezes, a empresa se encarrega de melhorar a qualificação da força de trabalho de suas empregadas e estas abandonam o emprego ao contraírem matrimônio ou se tornarem mães (SAFFIOTI, 1976, p.21).

Da mesma forma os fatores sociais que abrangem a situação da mulher é o *Absenteísmo Feminino ao trabalho*, Saffioti (1976) utiliza do termo para explicar o fato de que as mulheres se ausentam do trabalho mais do que os homens e isso se dá por dois motivos mais comum a maternidade e por motivo de doença com menor gravidade, levando em consideração que as mulheres também se ausentam com as doenças dos seus cônjuges, filhos menores e dos agregados com idade avançadas fazendo que a mulher não compareça ao trabalho, não é bem visto que a mulher deixe suas responsabilidades com família por causa do trabalho tais fatores são causas do absenteísmo entre as mulheres mais que os homens.

Não tão somente a condição da saúde da mulher e de seus familiares que está implícito nesse processo do absentismo, mas também de inferiorização nos episódios do trabalho, fica evidente que a satisfação no ofício torna a ausência menos frequentes e as incumbências integralmente remuneradas. Toda essa pejorativa serve para confirmar que a mulher estará condicionada a serviços precários devido os períodos de afastamento das mulheres tanto pela maternidade como pelo cuidado aos filhos de menores, assim inserir a mulher a novas funções com melhores qualificações se torna cada vez menor as chances de ascensão e se justifica a falta de investimento pelas empresas, o absentismo se torna agente de tornar a mulher inferior nos setores com melhor remuneração.

A desqualificação profissional generaliza uma situação de subordinação no processo de trabalho. As chefias são quase masculinas, mesmo, nas fábricas onde a força de trabalho é majoritariamente feminina (LOBO, 1981, p.45)

Saffioti (1976) usa o termo secularização do pensamento para explicar esse acontecimento que inferior à utilidade da norma tirânica nas sociedades de classes, a discriminação ao que parece atrasa a introdução do sistema capitalista, atuando na verdade como causa cooperante para manutenção do sistema capitalista. É através da sintetização cautelosa das representações marcadas pelos estereótipos, classe e a dimensão da associação de grupos sociais no sistema de produção de bens de serviços que se preserva de prováveis falhas no controle de forma que torne toleráveis os conflitos que concebe.

Dessa forma os interesses do sistema capitalista se mantem se utilizando das mesmas pejorativas das divisões através do sexo, raça e classe permitindo uma visão homogênea do papel da mulher na sociedade de classes e de forma oculta mais presente das desigualdades existente entre homens e mulheres.

Torna-se clara no novo regime, a divisão da sociedade em classes e a exploração econômica de que é o alvo uma delas por parte da outra. O modo capitalista de produção não faz apenas explicitar a natureza dos fatores que promovem a divisão da sociedade em classes sociais. (SAFFIOTI, 1976, p.14).

2.3.2 Discriminação e Preconceito

Seja resultante da secularização das ações ou no decorrer das transformações ocorridas na estrutura da família, as transformações sobre perspectiva da mulher ocupar quaisquer das interfaces dos setores da produção de bens e serviços, assim, a mulher tem a chance de aproveitar de forma apropriada a trajetória da sua incorporação na sociedade de classes têm em

si apresentadas em definições que se modificam seus modos de vida, ao mesmo tempo, que integra a mulher como aquela que gera e atua diretamente no processo de socialização dos filhos com a mulher que trabalha ou a aquela que oferta sua mão de obra sem remuneração, independente do ponto de vista o preconceito tendo como base o sexo, afugentando as mulheres da estrutura de classes ou proporcionando a inserção secundária.

A obstrução que dificulta a imersão da mulher no sistema de produção de bens e serviços é contrária à ideia de descompasso entre a estrutura da família e a estrutura econômica mesmo que esteja num processo elevado de evolução.

O entendimento que a mulher possui a obrigatoriedade de se casar e gerar filhos direcionou não literalmente a uma competência da força de trabalho feminino, porém a um aperfeiçoamento das mulheres que estão à margem da sociedade em condições precárias, com salários baixos e sem viabilidade de ocupar cargos superiores, às famílias proletárias por um lado é dado que as suas probabilidades assumem a fantasia do reconhecimento e a forma de pensar da elite de que a mulher já nasce fadada ser do lar, e essa ideia disseminou de tal forma que se tornou natural essa forma de pensar e se ver representada.

Historicamente, a mulher ficou subordinada ao poder masculino, tendo basicamente a função de procriação, de manutenção do lar e de educação dos filhos, numa época em que o valor era a força física. Com o passar do tempo, porém, foram sendo criados e produzidos instrumentos que dispensaram a necessidade da força física, mas ainda assim a mulher ficou numa posição de inferioridade, sempre destinada a ser um apêndice do homem, jamais seu semelhante. (MARTINS, 2022 *apud* GARCIA, 2017, p.19).

Esse pensamento gera na mulher um pensamento de inferioridade tão logo de incapacidade, contribuindo para desvantagem que impossibilita o seu avanço e conquistas, se apegando na concepção de que basta está trabalhando não importando a função que ocupa e é dessa maneira que a mulher procura se inserir na estrutura de classes por onde há mais facilidade em áreas que mais condiz com fato de ser do sexo feminino, ou seja, em funções em que o homem não deseja ocupar. É sabido que

Homens e mulheres são, é claro, diferentes. Mas nem tão diferentes como o dia e a noite, a terra e o céu, yin e yang, vida e morte. De fato, desde o ponto de vista da natureza, homens e mulheres estão mais próximos entre si do que com qualquer outra coisa – por exemplo, montanhas, cangurus ou coqueiros. A ideia de que homens e mulheres difere mais entre si do que em relação a qualquer outra coisa deve vir de algum outro lugar que não [seja] a natureza [...] longe de ser a expressão de diferenças naturais, a identidade de gênero é a supressão de similaridades naturais. (MELLO, 2021, p. 368, *apud* RUBIN. 2015, p.19)

É o sexo o fator que tem calçado as discussões sobre a competição entre homens e mulheres, haja vista que existem características diferentes entre eles porque os homens já entram no grande jogo com vantagens de utilizar das diferenciações naturais e sociais que estão intrínsecas na estrutura da sociedade heterogênea, machista e patriarcal que são barreiras visíveis porém difíceis de transpor, já a mulher entra somente com as normas que posicionam na parcela de homens e mulheres contraditoriamente.

2. 3. 3 Sociedade de classe e a família

Em primeiro momento o fruto do trabalho possui destino certo nas maiorias das famílias, serve para pagamentos de contas, manutenção da casa, compra de alimentos e costumeiramente vemos os rendimentos como meio de sobrevivência e descartamos as subjetividades como a satisfação pessoal, ou seja, a realização. Mulheres que antes dependiam dos seus maridos para poder ter suas necessidades pessoais ou até mesmo as que se desvincularam do matrimônio passem a ter a necessidade de ser manter e fugir da dependência buscando sua liberdade pessoal e econômica tanto para quem está casada como, as solteiras principalmente para aquelas que assumem a responsabilidade de chefiar suas famílias com ou sem cônjuges ou como sem ou com filhos.

Para a mulher, ter um emprego significa, embora isso nem sempre se eleve a nível de consciência, muito mais do que receber um salário. Ter um emprego significa participar da vida comum e ser capaz de construí-la, sair da natureza para fazer cultura, sentir-se menos insegura na vida. (MONTEIRO, 2015, p.10)

Sua satisfação pessoal não se dá somente através de uma ocupação fora daquela já tão naturalizada na vida da mulher, mas podemos dizer que provoca certo equilíbrio entre atividade familiar e as atividades profissionais, porque por meio das suas atribuições familiares se torna contraparte das atribuições profissionais dentro sistema capitalista, por sua vez, dentro da lógica capitalista a força de trabalho feminino é constituída socialmente de forma contraditória. Dizer que é contraditório implica em mencionar que a sua força de trabalho possui valor de compra, porém há momentos em que essa mesma força de trabalho é banalizada sendo utilizada como mero valor de uso mesmo que assuma a responsabilidade características de chefia familiar.

A contradição que aparece de maneira evidente no capitalismo entre a família e indústria, privado e público, pessoal e impessoal é na consciência das mulheres a fissura que abre o espaço para revolta. (LOBO, 1981, p.45).

É através do paradigma feminino que a sociedade se compõe, se estimula e se habitua a esses dois papéis exercidos pelas mulheres de forma bem complexa. Seja de diferente ponto de vista da família ou da condição de trabalho elas se apresentam em direções opostas.

A sociedade de classes não disponibiliza um ponto de apoio para que haja um equilíbrio onde as duas pontas sejam entrelaçadas, muito pelo contrário, seus anseios não são os mesmos até porque não podemos fixar um tipo de mulher, estamos falando de uma gama de variedades de mulheres que possuem objetivos e subjetividades diferentes, na qual a realização profissional está à frente das suas realizações familiares e uma está oposta a outra e a falta de relação entre esses dois mundos gera na mulher um desgaste emocional, e no momento da escolha o constituir a família se torna a primeira opção em detrimento do profissional seguindo desta maneira as normas já estabelecida pela sociedade haja vista, que possibilidade de constituir uma família seja mais fácil do que entrar no mercado de trabalho uma vez que já nascemos e somos instruídas com propósito de ser unir em matrimônio, as mulheres já nascem tendo como ideologia tradicional do patriarcado.

As atribuições da função reprodutiva significam manter o corpo e a afetividade, alienar-se no outro para que o outro sobreviva, colocar sua razão de ser no exterior de si própria para assegurar o funcionamento da estrutura familiar e por seguinte a social. Essa é a “missão” da qual nos incumbiram nossos avós, nossas mães, a literatura, as mídias, a escola, a religião, a moralidade pública. Por isso, a liberação das mulheres passa pela arqueologia deste papel de reprodutoras que se nos foi colocado a pele (LOBO, 1981, p. 46)

A mulher dentro dessa estrutura de classe, não se tem a opção de unir as duas esferas muito pelo contrário sempre coloca a realização profissional em detrimento do familiar quando deveria colocar o nível de igualdade, seja ela qual for podemos identificar os embargos para incorporar a mulher na sociedade, no entanto seria possibilidade social de adaptação da mulher perante o capitalismo.

2.3. 4 Desigualdade de gênero, sexo e classe

Historicamente o Brasil se constitui com bases na desigualdade que transpassa pela vida social aliada a discriminação que atuam como limitantes nas possibilidades dos grupos minoritários existentes na sociedade brasileira como causadores pela propagação das desigualdades sociais.

As interações sociais, o sujeito está introduzido em múltiplas áreas de poder, podendo ser chamado de redes da onde surgem as classificações e as hierarquizações determinando de

acordo com os padrões sociais daqueles que dominam de acordo com o poder instituído daqueles que estão subordinados mesmo que isso ocorra em oposição do desejo dos sujeitos.

As consequências da colonização no Brasil de acordo com as práticas sociais, missões dos territórios, os contrastes na educação, de distribuição de renda, promoção racial e reconhecimento das suas origens, são princípios que permeiam a discussão de discriminação e desigualdade.

A classificação e a hierarquia como categorias sociais de entendimento da realidade com a qual o ser humano se relaciona não constituem em si um problema. No entanto, as disparidades de poder desenvolvidas tendo por base a classificação e a hierarquia que produzem vantagens sociais a um grupo à custa de cerceamento de potencialidades do outro, estas, sim, são um problema sociais. (ROSA, 2011, p.112).

É por meio da classificação e hierarquização que as intencionalidades dos grupos (minorias GLBTs se justificam as desigualdades entre ricos e pobres, bons e maus, dominador e dominado, homens e mulheres esses elementos fazem parte do pilar que historicamente e socialmente foram construídos para que um grupo se sobreponha a outro, ou seja, através da sua posição de poder que legitima o lugar de fala e a posição que cada sujeito dentro grupo estará inserido.

Acreditar que a elite possui características de superioridade faz parte de um processo natural sem que haja nenhuma contestação, atentando que uma vez que essa contestação surja um novo grupo, que vai de encontro à necessidade daqueles que são silenciados e negligenciados tanto pela esfera do Estado com da ordem privada. Haja a importância de grupos que se rebelam contra ordens estabelecidas, esses grupos se fortalecem como alcançam as medidas afirmativas de alcançar seus direitos.

2.3. 5 Interseccionalidade e o trabalho feminino

Há uma tendência de dissociar o gênero como uma construção histórico-cultural e sexo como distinção biológica entre homens e mulheres, e isso se faz necessário para as interpretações sobre essas suas categorias sejam entendidas na sua essência. Para tanto essas ações que ocorrem na sociedade, encontram-se os sujeitos que são absorvidos pelos sistemas de significações, dessa maneira não teriam êxito em dissociar entendimento entre gênero e sexo

se estas categorias não se afetassem na sua maneira de compreender as variadas significações de um mesmo acontecimento social a distinção entre homens e mulheres.

Portanto gênero é uma condição subjetiva e individual, ocultada pelo sexo que utilizado como forma de dominação e controle. Rosa (2011) diz que gênero como concepção atua como produção político-científicas que procuram conceber a significações destas alteridades como acontecimentos sócio-histórico-culturais, restrito no tempo e no espaço e de fácil dominação por partes dos sujeitos.

Partindo desse princípio se incluem as diferenças biológicas e as desigualdades baseadas pela luta de poder que define as relações sociais. Por outro lado, o sexo como concepção atua como diferenciador de corpos que tem como objetivo camuflar distinção de poder concebidas socialmente, remodelando as relações naturais e de desequilíbrio intransponível gerada pelo modo de significação social. Dessa maneira, a concepção de gênero proporciona um avanço ao metamorfosear o sexo enquanto se apresenta como regulamentador social.

[...] no campo dos estudos de gênero, da relação entre sexo, controle social e poder são fundamentais para uma abordagem mais eficiente dos mecanismos de produção e reprodução das desigualdades. (BUTLER, 2003; SEGATO, 1998; SEGATO; 2003 *apud*, ROSA, 2011, p. 113)

O feminismo como forma de linguagem buscar alcançar todas as mulheres nas em suas múltiplas faces, que está acima da distinção entre as mulheres negras e brancas, as várias categorias do feminismo se sustenta dessas diferentes conexões que as mulheres constituem como dispositivo de subalternidade presentes na sociedade, isso quer dizer que vai variar de acordo com o grupo e os anseios das mulheres a serem analisada, quanto mais forte for o seu tom pele maiores precariedade essas mulheres estarão sujeitas, a discriminação tanto pelo seu sexo com pela sua cor /raça.

As mulheres negras empobrecidas, violentadas em sua dignidade e a quem o sexismo estrutural nega a condição humana, possuem experiências singulares que devem ser consideradas em uma abordagem sobre as dissimetrias de poder existentes na sociedade brasileira. (ROSA, 2011, p. 113)

Rosa (2011) usando estudos de Degler (1976), menciona a categoria raça numa perspectiva social que prioriza a relação do negro com os brancos na sociedade, e acima de tudo pela luta de poder e pela deferência social dos brancos que além dessa afirmativa a outra que

não consiste somente nas singularidades étnicas, visto que a cultura seduz e não retrata a ruptura cultural relevante em comparação a população negra. As concepções de identidade se direcionam não mais que realidade identitária do que a representatividade racial estará presente na sociedade.

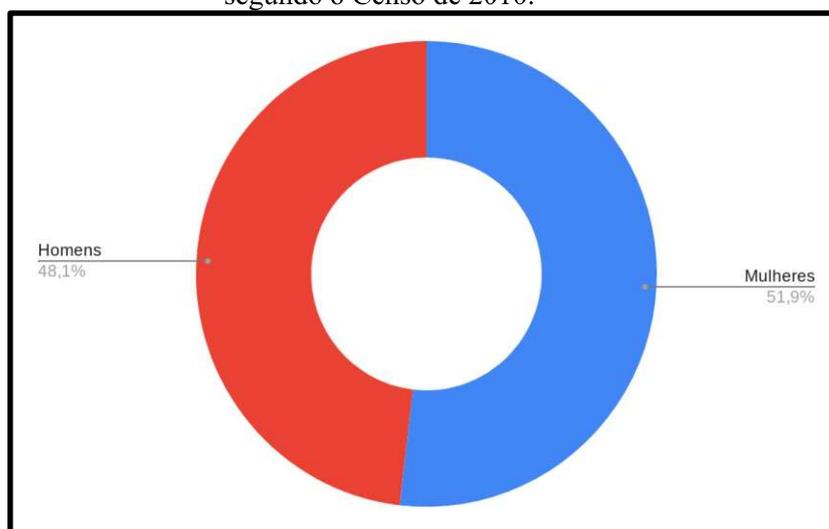
Dessa forma as alteridades, principalmente as desigualdades irão assinalar de modo expressivo as diferentes conexões representativas que irão confirmar as consistentes interpretações identitárias dos grupos enredados no convívio social. A interpretação apontada neste ponto como metodologia fundamentada na diferença da existência e na ciência entre aquilo que vem sendo vivido e o que se conhece, então a representação possui caráter intelectual alicerçado, ou seja, a partir das ideias já pré-estabelecidas e enraizadas por aqueles que já estão como detentor do poder, sobre modo relações entre brancos e negros tende a ser desigual em virtude dos atributos raciais.

CAPÍTULO 3: ANÁLISE DO MERCADO DE TRABALHO DA MULHER NO MUNICÍPIO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES

Campos dos Goytacazes está localizado ao norte do Estado do Rio de Janeiro, sendo o município de maior extensão territorial (4.032 km²). De acordo com o censo demográfico de 2010, o município de Campos dos Goytacazes apresenta uma população de 463.731 habitantes, e estimativa de 514.643 habitantes no ano de 2021 (IBGE- CIDADE, 2021). O gráfico 1 traz informação sobre a população, segundo o sexo, sendo 51,9% da população do sexo feminino e 48,1% da população do sexo masculino. em números absolutos, 240.731 mulheres e 223.259 homens.

Em relação a situação do domicílio, ainda de acordo com os dados do IBGE, o quantitativo populacional é majoritariamente urbano (90.3%), em números absolutos, 418.725 pessoas residem na área urbana, 9,7% das pessoas residem na área rural, em números absolutos 45.006 habitantes.

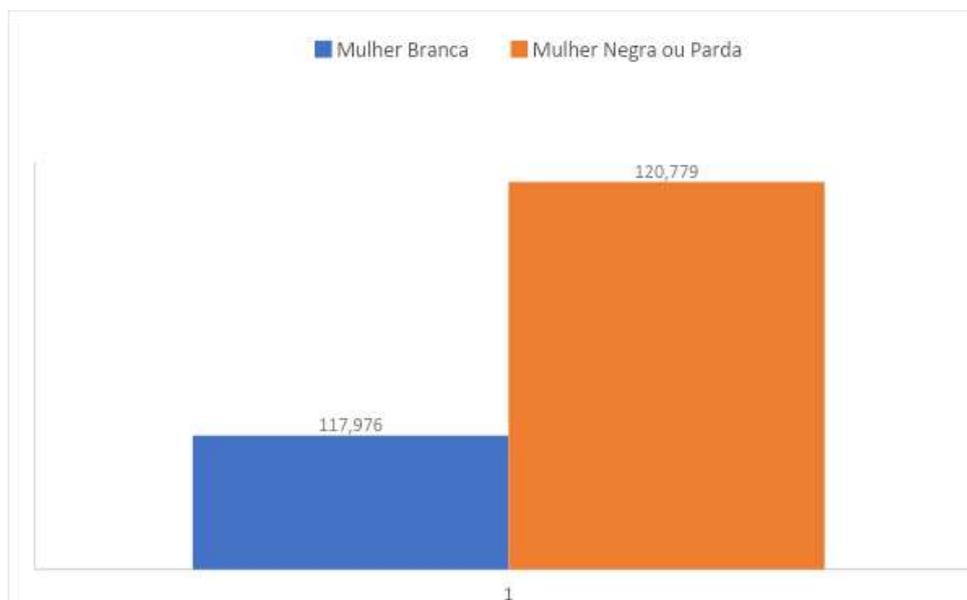
Gráfico 1: Distribuição da População por Sexo no Município de Campos dos Goytacazes, segundo o Censo de 2010.



Fonte: IBGE-Cidades, 2010.

Em relação à população por cor ou raça, também segundo os dados do IBGE, 50,7% da população campista se autodeclara preta ou parda, distribuída em 36,6% parda e 14,1% preta. E 48,5% se autodeclararam brancos; e 0,8% se autodeclararam amarelo e ou indígena.

Gráfico 2: Distribuição da População por Sexo feminino e Raça no município de Campos dos Goytacazes, Censo de 2010



Fonte: Dados de Estatísticas de Gênero – IBGE.

Segundo os dados da pesquisa Dados do Estatísticas de Gênero (2010) realizada pelo IBGE, a maioria da população campista é mulher e negra (gráfico 2), podemos perceber as transformações culturais, econômicas e educacionais no perfil dessas mulheres, porém as dificuldades de ingressar e permanecer no mercado de trabalho para essas mulheres permanecem, mesmo com o ensino superior.

Ainda segundo esses dados, a maior parte da população é formada por mulheres negras, segundo dados encontrados no Estatística de Gênero (IBGE 2010), das 14.419 mulheres que exercem a atividade de domésticas, 9.958 são negras, isto é, 69,06% contra 26,04% de mulheres brancas totalizando aproximadamente 3.820 mulheres branca, segundo o último censo de 2010.

Tabela 1: Distribuição percentual da população ocupada, por posição na ocupação. Campos dos Goytacazes, com 16 anos ou mais de idade nos anos de 2000 e 2010

Posição na ocupação	Homens	Mulheres	Total (%)	Homens	Mulheres	Total (%)
	2000			2010		
Empregados c/carteira assinada	63,75	26,25	100	60,78	39,22	100
Empregados s/ carteira assinada	55,55	44,44	100	48,71	51,29	100
Autônomos/conta própria	72,41	27,59	100	69,08	30,92	100
Empregadores	75,42	24,58	100	72	28,02	100

Trabalhadores Domésticos	6,35	93,65	100	3,95	96,05	100
Total (n° absoluto)	58561	40883	100	57767	37282	100

Fonte: ESTATÍSTICA DE GÊNERO.IBGE,2010.

(*) **CÁLCULO:** N° de pessoas ocupadas, com 16 anos ou mais de idade, em cada posição na ocupação, num determinado período de referência.

A tabela 1 apresenta que o emprego de carteira assinada no município de Campos dos Goytacazes para as mulheres refletiu positivamente no mercado de trabalho, entre os anos de 2000 de 2010, um aumento de mulheres ocupadas de carteira assinada de 26,2% em 2000 para 39,2% em 2010; já entre os homens ocupados com carteira assinada houve uma redução de 63,7% para 60,7%. Os empregos sem carteira assinada diminuíram de 55,5% para 48,7% entre os homens; e entre as mulheres, houve uma ampliação de 44,4% para 51,2%.

Quando analisamos a taxa de empregados e empregadas domésticas, houve um decréscimo de 6,3% para 3,9% entre os homens, em contrapartida entre as mulheres houve um aumento, sendo 93,6% em 2000 e 96,0% em 2010.

Ou seja, segundo a referida pesquisa, o trabalho doméstico é ocupado majoritariamente por mulheres, e Silva e Silva (2021) nos lembra que em sua maioria por mulheres negras, que historicamente estão em um lugar de desprivilegio. E complementar a isso afirma que para um melhor entendimento da posição da mulher negra no mercado de trabalho atual é necessário retomar ao período colonial. Sobre isso Nascimento (2017, p. 104) enuncia:

A mulher negra, elemento no qual se cristaliza mais a estrutura de dominação, como negra e como mulher, se vê, deste modo, ocupando os espaços e papéis que lhe foram atribuídos desde a escravidão. A “herança escravocrata” sofre uma continuidade no que diz respeito à mulher negra. Seu papel como trabalhadora, a grosso modo, não muda muito. As sobrevivências patriarcais na sociedade brasileira fazem com que ela seja recrutada e assuma empregos domésticos, em menor grau na indústria de transformação, nas áreas urbanas e que permaneça como trabalhadora nas rurais (NASCIMENTO, 2017, p. 104).

Outro ponto importante a ser ressaltado, de acordo com Bruschini (2011) esses índices configuram o serviço doméstico como uma primeira escolha das mulheres para se inserirem no mercado de trabalho, pois em sua maioria, não há tempo de se capacitarem para se inserirem em outras atividades, essas mulheres têm perfil de um faixa de idade mais avançada e com menos tempo escolar.

[...] Esses indícios confirmam a transformação em curso no segmento do emprego doméstico, que ano a ano vem se configurando como uma inserção feminina no

mercado de trabalho, ao invés de lugar de passagem em direção a outros trabalhos mais valorizados e mais bem remunerados. Particularmente, se as mulheres são mais velhas e menos escolarizadas...” (BRUSCHINI, *et al.*, 2011, p. 158).

Em contrapartida, fica explícito a supremacia masculina na situação de empregador, dos 2.694 existentes na estatística de Gênero (IBGE, 2010), 1.939 são homens, correspondendo a 75,42%, em 2000, e 72% em 2010, nesse mesmo contexto comprovando a pouca expressividade das mulheres como empregadoras. Reflexo do histórico papel destinado às mulheres, o qual destina o papel dos homens como produtivos e as mulheres como reprodutivo, onde os homens detêm funções de grande valor social agregado (KERGOAT, 1996).

Em relação aos percentuais dos empregados (as) com carteira assinada (as), dos que se encontram sem carteira assinada, os autônomos/conta própria se caracteriza de um maior contingente masculino um grande percentual da população ocupada, sendo a maioria de homem intensificando a desigualdade de gênero no mercado de trabalho no município de Campos dos Goytacazes.

3. 1 Considerações sobre as mulheres chefes de família e mercado de trabalho

Dada as mudanças culturais e econômicas, o papel que a mulher tem representado na sociedade ocorre simultaneamente ao déficit na taxa de fecundidade, o aumento da escolaridade em nível superior são alguns fatores que têm possibilitado a ascensão das mulheres na sociedade contemporânea.

[...] os motivos para este aumento podem ser creditados a uma mudança de valores culturais relativos ao papel da mulher na sociedade brasileira. O ingresso maciço no mercado de trabalho e o aumento da escolaridade em nível superior, combinados com a redução da fecundidade, são os fatores que podem explicar este reconhecimento da mulher como responsável pela família. (IBGE, 2012 *apud* PEREIRA; SCHIMANSKI, 2013, p.175).

Iniciada na década de 1970 as primeiras análises sobre o trabalho feminino no Brasil, e o objetivo dessas análises se direcionava na perspectiva da se atentar que o posicionamento das mulheres na sociedade está pautado pelo lugar onde essas mulheres se posicionam no arranjo familiar.

A atuação das mulheres no mercado de trabalho tem estado cada vez mais presente nas pautas e discussões acadêmicas. Em conformidade com Jesus (2016) existem uma

multiplicidade de razões que atuam para o crescimento dos índices de atuação das mulheres no mercado de trabalho, a autora levou em consideração um levantamento bibliográfico com base nos dados do PNAD realizada por Soares e Izaki (2002) que aponta que a quantidade de mulheres que assumiram o posto de chefia familiar foi um fator que menos viabilizou a entrada no mercado de trabalho, um segundo apontamento se deu através de um elevado número de mulheres casadas, na qual os nomeou esse movimento de “revolução das mulheres casadas”, de acordo com o levantamento o índice nacional equivale a um acréscimo de 70 % de atuação feminina. Um outro apontamento relevante foi, a expansão da escolaridade que proporcionou o ingresso das mulheres em novas perspectivas laborais.

[...] As conclusões são surpreendentes. Primeiramente, os autores revelam que o aumento no número de famílias chefiadas por mulheres pouco influenciou na probabilidade de uma mulher trabalhar. A segunda – considerada pelos autores como a “revolução das mulheres casadas” – é que a maior participação feminina no mercado de trabalho se deu devido ao aumento da participação das mulheres casadas. O aumento na taxa de participação das mulheres com cônjuge explica em torno de 70% do aumento na participação feminina. A terceira conclusão refere-se ao nível educacional das mulheres – considerado a grande variável explicativa da evolução da participação da mulher no mercado de trabalho –, que influenciou 50% da variação na taxa de participação feminina. (JESUS, 2016 *apud* SOARES; IZAKI, 2016, p. 64).

A discussão de chefe de família faz-se válida para entender as transformações do papel da mulher ao longo do tempo. Segundo Pereira e Schimanski (2013) às mulheres chefes de família e pobreza estão relacionadas, pois além dos afazeres domésticos a mulher precisa trabalhar fora de casa.

O conceito de chefe de família embora seja tradicionalmente utilizado e tenha uma linguagem de fácil entendimento, não é mais empregado pelo IBGE em suas análises desde 1995.

A expressão “chefe de família” continua a ser usada por tradição, apesar de, desde 1995, o IBGE não mais utilizá-la em suas pesquisas. Tal mudança deve-se à ideia de comando a ela subjacente, incompatível com as novas formas de família oriundas das transformações na própria estrutura familiar brasileira, bem como da participação de outros membros da família na provisão do domicílio e na distribuição de responsabilidades. A mudança remete, assim, a um primeiro passo na “superação do pressuposto implícito sobre a hierarquia de gênero na família” (OLIVEIRA, 2005, p. 128).

Chama-se de “pessoa de referência” a nova nomenclatura utilizada pelo IBGE refere-se à “pessoa responsável pelo domicílio (ou pela família), ou que fosse a pessoa respeitada no seu

seio familiar, em geral ocupado pelo esposo, indivíduo que convive matrimonialmente com pessoa de referência do domicílio (ou da família), estando ou não civilmente legalizado.

Um exemplo claro disso, nos estudos sobre família, deu-se com um conjunto de mudanças realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, a partir do Censo de 1980, quando o recenseador ou recenseadora recebe a instrução de atribuir ao informante a tarefa de designar a pessoa que acredita deter a chefia familiar. Outra mudança importante ocorre partir da década de 90, com as PNADs, que introduzem o conceito de "pessoa de referência" em substituição ao de "chefe do domicílio", deixando ainda ao respondente a tarefa de nomear a *pessoa*, homem ou mulher, responsável pelo domicílio, o que era dificultado com a noção de chefia que, pela matriz cultural dominante, era mais facilmente atribuída à figura masculina do domicílio, marido ou pai, mesmo em circunstâncias de inatividade (MACEDO, 2008, p. 390).

De acordo com esses autores, utilizam desses elementos para caracterização do chefe de família:

- 1) renda: a pessoa que é a principal responsável pelas despesas da casa, a principal fonte de sustento da família, é identificada como chefe;
- 2) autoridade: identifica-se como responsável a pessoa que exerce este papel sobre os demais membros da família;
- 3) responsabilidade pela casa: é indicada como chefe aquela pessoa que responde pelas tarefas domésticas e pelo cuidado da família e do domicílio.

Segundo Carvalho a “chefia familiar” tem suas origens conceituadas em um regime antigo em que as famílias estavam inseridas. Esse cargo naturalmente pertencia a um único integrante, à pessoa do sexo masculino mais velha, subentendendo que o homem deveria ser o provedor e responsável da sua casa, conseqüentemente os demais membros da família estavam sob sua tutela e lhe eram submissos, uma vez que a figura do pai estava, segundo as tradições ligadas a figura de Deus, sendo assim, esse não era questionado.

Para compreender, hoje, o conceito de mulher chefe de família é necessário primeiro evidenciar que o termo chefia familiar tem suas origens nas leis que regiam a família em sociedades antigas, designando a um único membro, normalmente o homem mais velho, o poder sobre os demais (CARVALHO,1998 apud PACHECO, 2005).

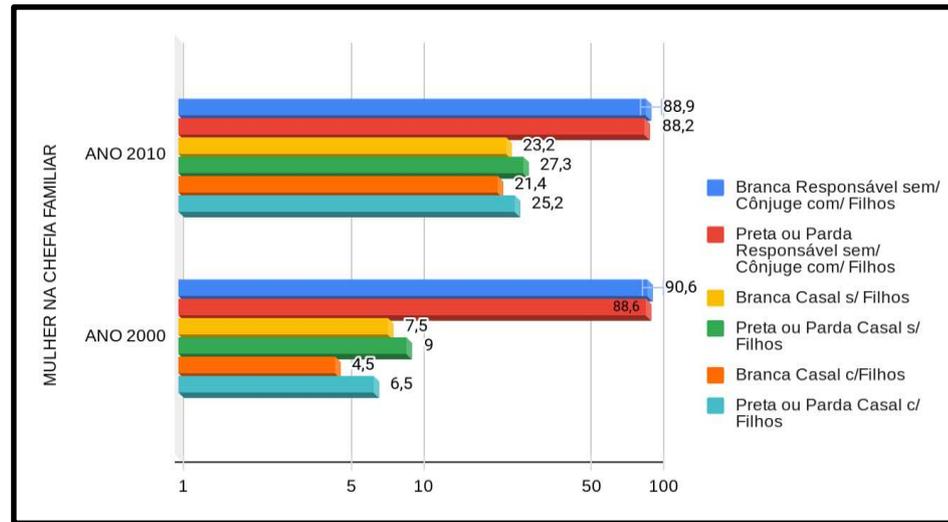
Levando em consideração o sistema familiar tradicional na sociedade ocidental judaico-cristã que influenciam a sociedade até a contemporaneidade, podemos observar a evidente divisão inflexível do trabalho com papéis sociais e culturalmente estabelecidos, o homem como único provedor da casa, voltado para uma esfera externa. À mulher estava reservada uma esfera interna, a ela designava-se os afazeres domésticos, inclusive a governança da casa e os cuidados com os filhos.

Assim, a teoria dos papéis sexuais parte de um padrão normativo implícito, que está associado a um modelo abstrato de família nuclear, composta por uma divisão sexual tradicional do trabalho entre homem-provedor e mulher-cuidadora (CONNELL, 1987), o que por vezes representa uma amarra teórica que torna a análise mais limitada. Tal uso, no entanto, tornou-se atraente porque significou uma abertura para se analisar as construções sociais e as expectativas direcionadas a cada um dos sexos na sociedade. (BONETTI; FONTOURA, 2009, p. 69)

Com o passar do tempo e a quebra de paradigmas com o surgimento de famílias monoparentais, ou seja, famílias que fogem do padrão tradicional imposto por uma sociedade com características patriarcais, o termo chefia familiar quando aplicado à mulheres assume um contexto de um âmbito deficiente, por conta de uma discriminação que contempla uma fragilidade equivocada da figura feminina.

Conforme o gráfico 3 as mulheres no município de Campos do Goytacazes têm cada vez mais ocupado a chefia familiar, chegando próximo de 90% das famílias monoparentais em 2000. As variações têm se tornado maiores em 2010 para famílias com cônjuge e com filhos e principalmente nas famílias de casais sem filhos .

Gráfico 3: Distribuição da Chefia feminina em Campos dos Goytacazes, segundo o Censo de 2010.



Fonte: IBGE, Estatística de Gênero, 2010.

Tabela 2: Proporção de famílias com mulheres responsáveis pela família em Campos dos Goytacazes nos anos de 2000 e 2010 (%).

MULHER NA CHEFIA FAMILIAR	ANO 2000	ANO 2010
Branca Responsável sem/ Cônjuge com/ Filhos	90,6	88,9
Preta ou Parda Responsável sem/ Cônjuge com/ Filhos	88,6	88,2
Branca Casal s/ Filhos	7,5	23,2
Preta ou Parda Casal s/ Filhos	9	27,3
Branca Casal c/Filhos	4,5	21,4
Preta ou Parda Casal c/ Filhos	6,5	25,2

FONTE: IBGE ESTATÍSTICA DE GÊNERO, 2010

A Estatística de Gênero (2010) apontou um índice expressivo no percentual de famílias com referência feminina, de 90,6% em 2000 e 88,9%, de 2010. Ou seja, no município de Campos dos Goytacazes, em média, as famílias chefiadas por mulheres sofreram uma redução 1,7% pontos percentuais, embora se predomine a proporção das famílias monoparentais.

Comumente as famílias em que a presença masculina se faz presente, o homem assume a chefia familiar e, segundo dados Estatísticas de Gênero (2010), os arranjos familiares do tipo casal com filhos, sofreu um aumento de 4,5% em 2000 para 21,4% entre as mulheres brancas um aumento de 16,9% e entre as mulheres negras o acréscimo ainda foi maior passou de 6,5% em 2000 para 25,2% em 2010, ou seja, um acréscimo de 18,7%.

Outro dado que chama atenção são as famílias de casais sem filhos que entre as mulheres brancas em 2000 tinha o índice percentual de 7% e em 2010 chegou ao percentual de 23,2 um aumento de 16,2 %, já entre as mulheres esse índice foi ainda maior de 9% em 2000 para 27,3% um acréscimo de 18,3%.

Esses dados nos mostram que a maioria das mulheres chefes de família são monoparentais, corroborando o que as autoras afirmaram sobre a dupla jornada da mulher, o que reflete no seu desempenho no trabalho é possível elevação de grau de instrução. Como afirmou Pereira e Schimanski (2013), mulheres chefes de família, classe, raça estão totalmente interligadas. co

Seguindo a mesma linha de raciocínio Leone (2000), esmiúça a atuação das mulheres no mercado de trabalho, através da sua organização familiar (se casadas, monoparental, com ou/e prole) onde essas mulheres estão inseridas associando aos fatores socioeconômicos, para este autor as mulheres tem sido peça fundamental no processo de oferta de mão de obra, uma vez que cada mais mulheres buscam se inserir no mercado de trabalho e como consequência muito mais mulheres se tornam responsáveis pelas suas famílias.

Em uns de seus apontamentos existe uma propensão na posição da mulher na família, com uma proporção de mulheres casadas alcançando os mesmos índices as mulheres que chefia sem a presença de cônjuge, outro ponto relevante é que as mulheres de classes mais periféricas estão menos presente que as mulheres das classes mais altas, pautado nos resultados obtidos por Ramos e Soares (1994).

TORO (2018.p.70) relata sobre a sensação de liberdade e emancipação : ainda que se trate com naturalidade autonomia e a liberdade entre as mulheres, a inserção das mulheres no mercado de trabalho e a conquistas das políticas que favorecem a mulher provocam uma impressão de libertação e domínio sobre si e seus desejos. Efetivamente para uma parcela significativa de mulheres a inserção no mercado de trabalho viabilizou consistentemente a integração no mercado de consumo e também sua emancipação.

3.2 Políticas públicas e as mulheres: Bolsa Família/ Auxílio Brasil a partir de dados coletados na base de Consulta, Seleção e Extração de Informações (CECAD)

Nesta seção procuro apresentar uma breve trajetória sobre o processo de implantação dos programas de transferência de renda, principalmente o exposto Bolsa Família atual Auxílio Brasil, sendo este o programa de transferência de renda que abrange grande parcela da população brasileira. Dessa maneira, pretendemos caracterizar a população beneficiária do Bolsa Família/ Auxílio Brasil a partir de dados coletados na base de Consulta, Seleção e Extração de Informações (CECAD).

A política de assistência social foi conjecturada na Constituição Federal de 1988 . A implementação na Constituição torna o momento de maior representabilidade para a população carente do país, o Estado torna-se o principal agente de provedor da promoção, proteção e defesa dos direitos sociais, assumindo integralmente a incumbência de executar a política social.

[...] a assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas (BRASIL, 1993, p. 1).

Ao desenrolar do tempo, as políticas sociais e os direitos vão tomando proporções concretas no cotidiano da população brasileira. Essas materializações só se tornaram possíveis mediante a pressão causada pela classe trabalhadora que reivindicaram, lutaram e somente a partir desse movimento o Estado buscou criar meios de diminuir a pobreza e as desigualdades. Assim as políticas sociais vêm sendo construídas com robustez, buscando legitimar, normalizar e disseminar os direitos sociais.

Ainda que de forma clientelista, as políticas distributivas foram sendo desenhadas no Brasil. A pobreza social e suas conseqüências, ou seja, prejuízos econômicos, ameaça do socialismo, multiplicação das organizações sociais, movimentos reivindicatórios a extensão da cidadania foi, segundo Pereira (1998), um conjunto de situações para a conscientização coletiva e o desenvolvimento de uma cultura voltada à construção de uma política que garantisse proteção à situação de pobreza. (VARGAS, et al. 2007.p.32)

As políticas sociais representam a incumbência do Estado de dispor recursos públicos à sociedade que são levados à condição de direito, como educação, habitação, saúde, assistência social, saneamento básico, entre outros. As políticas sociais devem representar os interesses da sociedade.

[...] a política de assistência social torna-se pública, não por que é realizada por um órgão público ou estatal, mas por reconhecer que superar uma dada necessidade é do âmbito do dever do Estado e não uma concessão de mérito eventual face a uma fragilidade de um indivíduo (BRASIL, 2013a, p. 21-22).

Se faz necessário entender o que implicou a necessidade de implantar políticas que se dedicassem a atender parte da população brasileira. Tomamos como fato importante as transformações políticas e sociais ocorridas historicamente na sociedade, aqui no Brasil com o advento do capitalismo a competitividade e o crescimento da mão de obra excedente deixando vulnerável a classe trabalhadora. E como consequência dessa estrutura política e econômica a pobreza alcançou as classes mais baixas onde há maior concentração dos trabalhadores causando portanto insatisfação popular.

Movimentos se organizaram e reivindicações dos trabalhadores foram realizadas, pleiteando ao Estado ações de enfrentamento que tivesse como objetivo a diminuição das mazelas causadas pelas desigualdades sociais. É nesse momento que o Programa de Transferência de Renda surge como resposta a reivindicações ao Estado, desse modo buscou-se uma harmonização entre os entre as demandas de diferentes e as inconformidades que estão existentes nas relações sociais.

Os programas de transferência de renda foram concebidos em um dado momento histórico, onde o cenário social e econômico se caracterizava pelo avanço do desemprego, com empregos inconsistentes e escassos, sem políticas sociais que pudessem favorecer as pessoas que necessitavam de algum tipo de benefício ou ainda pela diminuição da renda proveniente do trabalho, a ampliação da pobreza e do desnivelamento social.

De acordo Silva, Yazbek, Di Giovanni (2007) o programa de transferência de renda está atado ao programa de erradicação da pobreza em 1975, no qual o docente Antônio Maria da Silveira publicou um trabalho cujo seu conhecimento, a economia brasileira não estava assistindo população nas suas necessidades básicas necessidades básicas. Fundamentada nesse princípio, foi lançado um plano batizado como Imposto de Renda Negativa (IRN), este recomendava que seria distribuído entre os trabalhadores desprovidos de rendimento e aqueles que alcançassem um valor fixo dentro daquele estabelecido, pretendendo assim a diminuição da pobreza.

Meados da década de 1970, por intermédio da publicação de um artigo de Antônio Maria Silveira. O mesmo destacava que era necessário a redistribuição de renda mínima para os brasileiros mais pobres, pois a economia do país não era suficiente para suprir as necessidades básicas da população. Pautado em tal questionamento, Silveira sugeria a implementação de um programa fundamentado no Imposto de Renda Negativo (RUSCHEL, JURUMENHA e D UTRA(2015,p.4) apud FONSECA, 2001).

Ruschel, Jurumenha e Dutra (2015,p.1) em conformidade com Fonseca (2001,p.94,) orientam que o programa atendesse a classe pobre da população e que se levasse em consideração as particularidades individuais dos sujeitos e não como parte de seu núcleo familiar independentemente da sua posição na composição familiar. Outro apontamento feito (FONSECA, 2001), reforça que os prioritários nesse atendimento seriam as pessoas mais idosas da camada mais pobre até atingir os mais novos.

No que tange à realidade brasileira, as primeiras discussões sobre o assunto ocorreram em meados da década de 1970, por intermédio da publicação de um artigo de Antônio Maria Silveira. O mesmo destacava que era necessário a redistribuição de renda mínima para os brasileiros mais pobres, pois a economia do país não era suficiente para suprir as necessidades básicas da população. Pautado em tal questionamento, Silveira sugeria a implementação de um programa fundamentado no Imposto de Renda Negativo (SOUZA, FREIRE, ALCHORNE. 2019, p.4 , *apud* FONSECA, 2001).

A autora aborda que a temática alcança destaque a partir da apresentação do projeto de Lei Nº. 80/91 do Senador Eduardo M. Suplicy (PT/SP), tal proposta consistia em associar a renda mínima à família e a educação. Seguindo as orientações que a faixa etária atendida seria para os maiores de 25 anos, porém iniciando pelos que possuíam os 60 anos ou mais e progressivamente de ano em ano alcançar o total da população, dessa maneira todo brasileiro que tivesse renda inferior ao teto estabelecido, disporia do direito de 30% sobre a diferença entre o mínimo e sua renda para melhorar sua qualidade de vida. Pensava-se a partir desse projeto de lei a concentração dos programas de transferência de renda anteriores e a centralização em um único Programa de Garantia de Renda Mínima (PGRM).

No escopo desse projeto, defendia-se o ideal da universalidade e da inclusão social através do discurso que o programa beneficiaria, sob a forma de imposto de renda negativo, as pessoas que recebessem rendimentos brutos inferiores a 2,5 salários mínimos efetivo, naquela época. É importante destacar, que a

implementação destes programas avançaram significativamente em governos progressistas, podemos destacar alguns modelos organizados pelo Partido dos Trabalhadores (PT). (SOUZA, FREIRE, ALCHORNE. 2019, p. 4)

Em 1990, a Política de Assistência Social concentrada no então Ministério de Bem-Estar Social a Assistência Social em conjunto com o Ministério da Saúde e a Previdência Social passam a conceber a Seguridade Social recomendada pela Constituição, só foi regularizada no ano 1993 com aprovação da Lei no. 8.742, sendo constituído o Benefício de Prestação Continuada. Criado também em 1993, com maior empenho por parte das Política Pública com objetivo de atender a população mais pobre, o então Presidente Itamar Franco (1993-1994) concebeu o Plano de Combate à Fome e a Miséria (PCFM).

O PCFM institui-se vinculado ao projeto de alcance nacional criado pelo sociólogo Herbert de Sousa mais conhecido como Betinho, tal projeto ousou em formular suas propostas a partir de uma tríade na qual seria fomentada pelos recursos institucionais, humano e organizacional tendo como primícia três bases fundamentais sendo a parceria, descentralização e da solidariedade com principal foco extinguir a fome acometida a população que necessitava de complemento na renda ,ou seja, 32 milhões de pessoas que vivem à margem da miséria de acordo pelo Mapa da Fome previamente diagnosticada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), tal população possuía particularidade em comum: dispunha somente de $\frac{1}{4}$ do salário mínimo, renda compatível somente para aquisição da cesta básica ficando a mercê das outras necessidades do cotidiano.

Liderada pelo sociólogo Herbert de Souza, a Ação da Cidadania encontrou respaldo na proposta de Política Nacional de Segurança Alimentar, produzida pelo Governo Paralelo do PT, no ano de 1991, que preconizava que o combate à fome precisaria envolver obrigatoriamente medidas de caráter estrutural, além de prever a institucionalização de uma parceria entre governo e sociedade civil, por meio do Conselho Nacional de Segurança Alimentar (Consea). A Ação da Cidadania ganhou significativa expressão a partir da adesão de diversos setores da sociedade civil, que passaram a assumir a problemática da fome em virtude da omissão do Estado. Tal omissão foi constatada pelo próprio Estado, no ano de 1993, quando o IPEA, Instituto vinculado ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, divulgou o seu Mapa da Fome, considerando que o país tinha trinta e dois milhões de pessoas vivendo em condições de indigência (DA SILVA, 2006 p.9-10 apud, Peliano, 1993a)

No primeiro mandato (1995-1998) do Presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC), o PCFM foi sucedido pelo Programa de Garantia de Renda Familiar Mínima (PGRM), no qual incluiria a família, que a partir de agora, remete às famílias de baixa renda que residem no município de referência há mais de 02 anos e que tivesse filhos menores de 14 anos de idade.

Já em 1996, o Programa de Transferência de Renda voltada à população idosa com 65 anos de idade e a pessoas portadoras de deficiência que as impeça a autossuficiência, para tanto se faz necessário que os beneficiários possuam uma renda per capita familiar inferior a $\frac{1}{4}$ do Salário Mínimo vigente.

No seu segundo mandato em 1999 - 2002, FHC buscava medidas que pudessem de fato atender a população que está à margem da pobreza e da exclusão e além de simplificar o acesso aos beneficiários dos programas e para que isso ocorresse mais simples, FHC concedeu através da descentralização político- (BRASIL, 1988)

O desmanche do modelo do Estado autoritário e centralizador ditadura militar, no caso brasileiro, trouxe a forte indicação em se adotar a descentralização no formato democratizador da gestão pública e, com ela, a municipalização. O processo de municipalização da gestão pública envolveu a territorialização, o reconhecimento da particularidade do território e, por consequência, a identificação de heterogeneidades regionais (SPOSATI, 2006, p.135).

O art. 204 da Constituição de 1988 estabelece como as diretrizes com as quais as ações governamentais na área da assistência social devem ser organizadas e realizadas. Mesmo o Estado permanecendo como maior responsável por assegurar os direitos sociais constituídos pela Constituição Federal de 1988, gerenciando a política de assistência social em cada esfera de governo, os estados e municípios compartilham dessas responsabilidades. Vale ressaltar que a descentralização de certa forma favoreceu aos municípios pois a proximidade com a população atendendo umas das diretrizes da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) que é a participação da população nas decisões em espaços organizados, dividindo o poder de deliberar sobre a política conforme as normas acordadas:

Art. 5º A organização da assistência social tem como base as seguintes diretrizes: I - descentralização político-administrativa para os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, e comando único das ações em cada esfera de governo; II - participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas

e no controle das ações em todos os níveis; III - primazia da responsabilidade do Estado na condução da política de assistência social em cada esfera de governo. (BRASIL,1993).

Após a descentralização, os estados e municípios tiveram diversas experimentações de adoção dos programas de transferências de renda às famílias pobres, com crianças e adolescentes, o governo federal adotou esse modelo de política pública. Compartilham-se a essa ideia, de modo geral, os programas foram criados há menos de uma década pelo governo federal entre eles o como projeto-piloto Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) em 1996; Programa Bolsa-Escola; Programa Bolsa Alimentação; Programa Cartão-Alimentação; Programa Agente Jovem; Programa Auxílio-Gás; o Programa de subsídio à energia elétrica ou Tarifa Social e, por curto tempo, o Programa Bolsa-Renda.

Nos anos (2003-2006) foi reconhecido por transformações quantitativas e qualitativas ao que tange às Políticas de Transferência de Renda. Ao assumir a Presidência da República em seu pronunciamento de posse em 01 de Janeiro de 2003, Lula deixa registrado a urgência em combater a fome e a miséria e indica o Programa Fome Zero. O então Presidente Lula diz:

Por isso, defini entre as prioridades de meu governo um programa de segurança alimentar que leva o nome de "Fome Zero". Como disse em meu primeiro pronunciamento após a eleição, se, ao final do meu mandato, todos os brasileiros tiverem a possibilidade de tomar café da manhã, almoçar e jantar, terei cumprido a missão da minha vida (FSP, 2003).

As transformações quantitativas e qualitativas possibilitaram a redução da burocracia e dos gastos exorbitantes, assim como, a ineficácia características da administração de programas extensos e múltiplos em um país de proporcionalidade continental. No que diz respeito às transformações quantitativas podemos mencionar a ampliação do número de famílias e pessoas atendidas sobretudo o uso de uma base de dados, o Cadastro Único³ (CADÚNICO), que identifica e caracteriza as famílias de baixa renda no Brasil. Embora citados acima, vários programas de transferência de renda foram criados no Brasil, todavia, iremos apresentar somente do programa Bolsa Família.

³ O Cadastro Único é uma base de dados que serve para identificar e conhecer as pessoas e famílias mais vulneráveis do país e, assim, ajudar o Governo Federal a desenvolver políticas públicas voltadas para essa população. Atualmente existem 28 programas federais que utilizam a base do Cadastro Único para a gestão de suas ações, como o Programa Auxílio Brasil, o Benefício de Prestação Continuada, a Tarifa Social de Energia Elétrica, o Criança Feliz, entre outros.

Entendo que as condicionalidades postas pelos Programas de Transferência de Renda, instituídas por governos municipais, estaduais e federais e reafirmadas, fortemente pelo principal Programa federal, o Bolsa Família, mesmo com a intencionalidade de garantir acesso a direitos sociais básicos no sentido de potencializar impactos positivos sobre a autonomização das famílias atendidas pelos Programas, apresentam problemas e desafios a serem considerados. Primeiro, ferem o princípio da não condicionalidade peculiar ao direito de todo cidadão a ter acesso ao trabalho e a programas sociais que lhe garantam uma vida com dignidade; segundo os serviços sociais básicos oferecidos pela grande maioria dos municípios brasileiros são insuficientes, quantitativa e qualitativamente, para atender às necessidades das famílias atendidas pelos Programas de Transferência de Renda. (SILVA,2005,p.12)

3. 2. 1 Programa Bolsa Família atual Auxílio Brasil

Criado em 2003, o Programa Bolsa-Família foi instituído no ano de 2004 pela Lei nº 10.836 com objetivo de integralização dos quatro programas de transferência de renda do governo federal: o Bolsa Escola, o Bolsa Alimentação, Auxílio-Gás e o Cartão Alimentação. O PBF segue o mesmo perfil dos programas respeitando suas condicionantes ,ou seja, para o recebimento de benefícios as crianças precisam ter frequência escolar, cartão de vacinas sempre atualizados e as gestantes com assistência médica (pré-natal) e também estar inscritas no CADÚNICO. O PBF limita-se a um valor fixo de R\$50,00 e outro que é flexível e pode variar de R\$15,00 por criança/adolescente até 15 anos contemplando até (03) três crianças, sendo assim as famílias que se enquadre no perfil e que tenham uma renda per capita de até R\$50,00 recebem os dois valores o fixo e o variante e as famílias que tenha a renda per capita de R\$100,00 recebem somente o valor que varia ou de R\$15,00 conforme os mesmos princípios.

Desse modo, o PBF não só assumi o papel dos programas de renda anteriores como também desenvolve novas perspectivas quanto a população beneficiária do programa se antes o programa tinha como proposta o indivíduo, com nova perspectiva o acompanhamento coletivo ou seja, a família ocupa a centralidade do programa diferentemente dos programas Bolsa Escola e a Bolsa Alimentação.

De acordo com a Secretaria Nacional de Renda de Cidadania (Senarc), órgão do MDS que responsável pelo programa, o Bolsa Família tem como primazias: amenizar a pobreza de forma breve, por meio da transferência direta de renda às famílias; colaborar para a redução da pobreza entre gerações, através de acompanhamento das condicionalidades; amparar e desenvolver as famílias por intermédio da articulação com programas complementares.

Assim, os objetivos do PBF apresentam além de um caráter emergencial, por se constituir em programa que transfere diretamente os benefícios às famílias, mas também de longo prazo por exigir contrapartidas que garantam aos beneficiários direitos sociais mínimos, como

educação e saúde, que contribuem para o desenvolvimento de capital humano entre as famílias pobres (MDS, 2008a).

3. 2. 2 Programa Auxilio Brasil

O programa Auxilio Brasil, surgiu no momento de crise socioeconômica gerada pela pandemia da Covid-19. A pandemia afetou significativamente a população e atingiu fortemente o sustento das famílias, várias medidas foram adotadas pelo governo federal, embora tardia com o objetivo de definir medidas de enfrentamento, e uma das primeiras foi a do isolamento social como tentativa de diminuir o propagação do vírus, porém tal medida forçou o fechamento de empresas e, conseqüentemente, o número de desempregados aumentou deixando a população ainda mais vulnerável.

A população mais uma vez de forma massiva pressionou o governo além do chamamento dos diferentes setores da sociedade, cedendo à pressão popular foi promulgada a Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020, que antevê, entre outras determinações, o pagamento do Auxílio Emergencial para os brasileiros. Este auxílio estabelecia os princípios elegíveis, respeitando a legislação, e interrompeu, temporariamente, o pagamento do Programa Bolsa Família (BRASIL, 2020).

Com muitas oposições e divergências, o governo federal lançou o Programa Emergencial que concedia aos beneficiários, um valor de R\$600,00, e foi destinado aos cofres públicos o valor de R\$ 98,2 bilhões para efetuar o pagamento de três parcelas a aqueles que tivessem o perfil que se enquadrarem dentro das medidas estipuladas.

A Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020, proveniente da Medida Provisória nº 937, definem o perfil daqueles possíveis beneficiários a adquirir o direito ao auxílio, devem: 1) ser maiores de 18 (dezoito) anos de idade, salvo no caso de mães adolescentes; 2) não ter emprego formal ativo; 3) não ser titular de benefício previdenciário ou assistencial ou beneficiário do seguro-desemprego ou de programa de transferência de renda federal, com exceção do PBF; 4) ter renda familiar mensal per capita de até 1/2 (meio) salário-mínimo ou renda familiar mensal total de até 3 (três) salários mínimos; 5) não ter recebido rendimentos tributáveis acima de R\$ 28.559,70 (vinte e oito mil, quinhentos e cinquenta e nove reais e setenta centavos) no ano de 2018; e 5) exercer atividade na condição de microempreendedor individual (MEI) ou contribuir individualmente para o Regime Geral de Previdência Social ou ser trabalhador informal

(empregado, autônomo ou desempregado), inscrito no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico).

O pagamento do auxílio emergencial fica restrito a dois membros da mesma família e convertendo o benefício do Bolsa Família, nas situações em que for mais vantajoso para o beneficiário, sendo assim aqueles que já estavam cadastrados no bolsa família poderiam fazer a escolha de permanecer recebendo os valores estipulado pelo bolsa família ou o valor do auxílio. Faço a ressalva que os valores do bolsa família era inferior ao valor estipulado no auxílio emergencial de 600,00 (seiscentos) reais.

Após o encerramento do pagamento do Auxílio Emergencial, o governo federal apresenta um novo programa, o Auxílio Brasil. Este entrou em vigor no país por intervenção da Medida Provisória nº 1.061, de 9 de agosto de 2021 (BRASIL, 2021b), e sua regulamentação foi proposta na data de 8 de novembro de 2021, por meio da publicação do Decreto 10.852 (BRASIL, 2021c).

Os programas de transferência de renda Programa Auxílio Brasil e o Programa Alimenta Brasil foram reiterados, atendendo a legislação e instituídos através da Lei nº 14.284/2021 (BRASIL, 2021d). Esses programas têm como premissa a universalização da renda básica em estágios constantes e crescentes com intuito de superar a vulnerabilidade social das famílias, materializadas através da transferência de renda e com as condicionantes preestabelecidas, estando vinculados aos serviços ofertados pelo SUAS.

3. 2. 3 Panorama Geral do CRAS E CREAS - Campos dos Goytacazes - RJ

Os dados aqui apresentados são com base no relatório técnico de mulheres no cadastro único, realizado pela prefeitura de Campos dos Goytacazes - RJ, que utilizou como base os dados da Ferramenta de Consulta, Seleção e Extração de Informações (CECAD). O período de referência do relatório são os dados de maio de 2021. Esses dados foram obtidos através de solicitações feitas à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano e Social Gestão do SUAS Vigilância Socioassistencial (SMDHS) e gentilmente cedido pela Sr.^a Fernanda Cordeiro.

Em relação aos dados do CRAS e CREAS, observamos que, do total de pessoas cadastradas no cadastro único, 58% são mulheres, sendo que desse total, 69% recebem o Programa Bolsa Família (PBF).

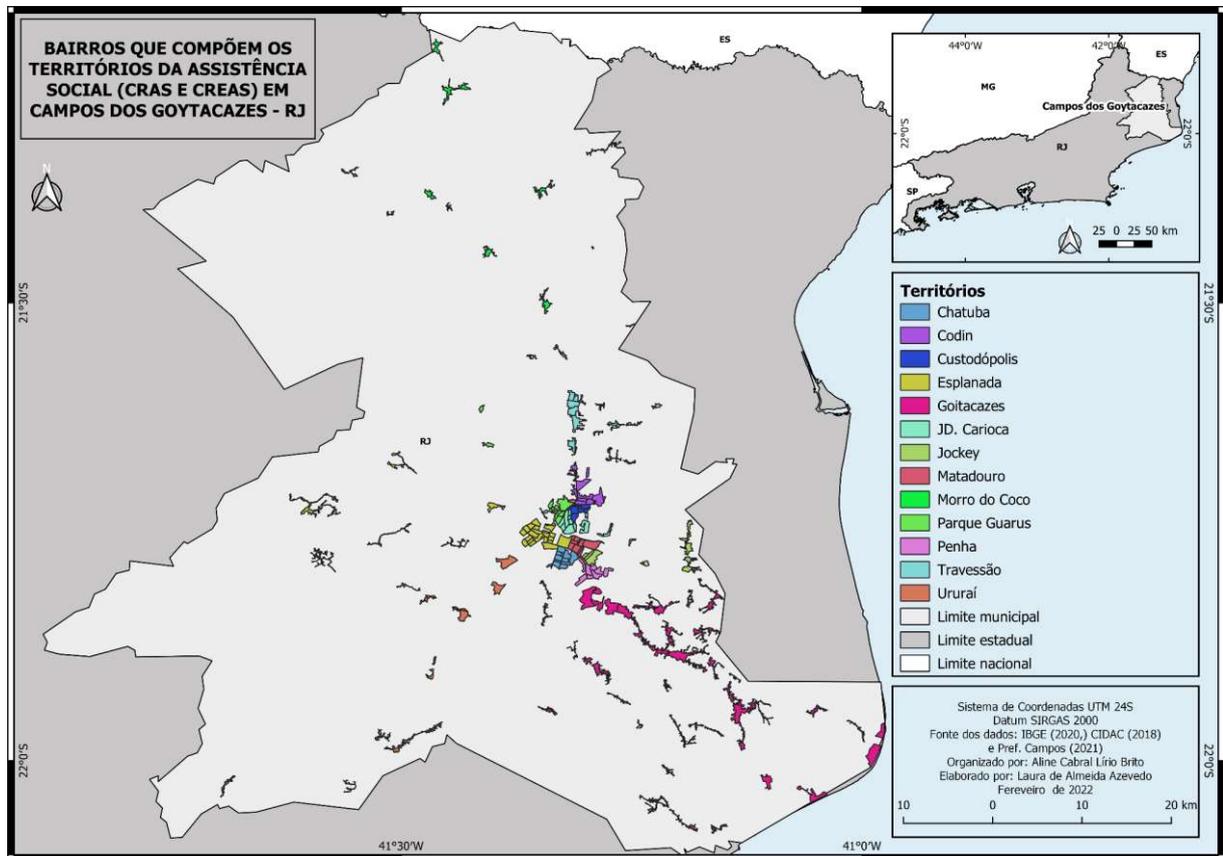
Entre as famílias cadastradas no cadastro único, 83% das famílias cadastradas apresentam referência familiar feminina, em número absolutos, das 72.383 famílias cadastradas, 60.148 famílias apresentam referência familiar à mulher.

Desse total de famílias cuja referência familiar é a mulher no cadastro único, 26% das famílias são chefiadas por mulheres, são arranjos monoparentais, sem cônjuge e com ao menos 1 filho menor de 15 anos, em números absolutos 16.034 famílias. Dentre as famílias monoparentais, 13.526 (84% em relação ao quantitativo de famílias monoparentais) recebem o PBF.

3.2. 4 Panorama por território dos CRAS E CREAS

Os territórios da Assistência Social em Campos dos Goytacazes, segundo o relatório referenciado anteriormente, são: Chatuba, Codin, Custodópolis, Esplanada, Goytacazes, Jardim Carioca, Jockey, Matadouro, Morro do Coco, Parque Guarus, Penha, Travessão, Ururai (Mapa 1).

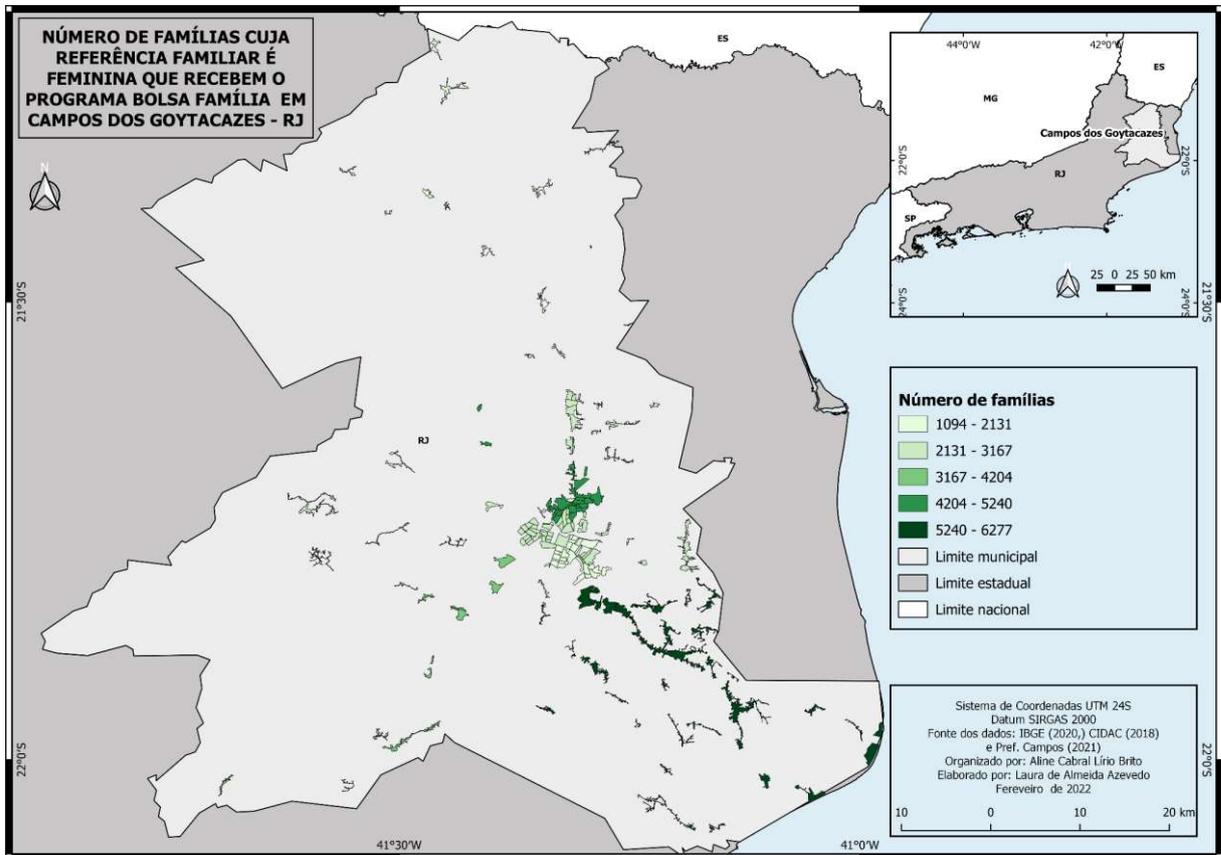
Mapa 1: Bairros que compõem os territórios da assistência social (CRAS E CREAS) em Campos dos Goytacazes - RJ



Fonte: Elaboração própria a partir do relatório técnico de mulheres no cadastro único, 2021

O maior número absoluto de pessoas beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF) no Cadastro Único estão presentes no território do CREAS de Goitacazes (20.242 pessoas), Codin (13.997 pessoas) e Parque Guarus (13.859 pessoas). Sendo que desse total de pessoas que recebem PBF no território de Goitacazes, 59% são mulheres, no território de Codin (60% são mulheres que recebem PBF) e no território do Parque Guarus (59% são mulheres que recebem PBF). Fonte: IBGE, Estatística de Gênero, 2010.

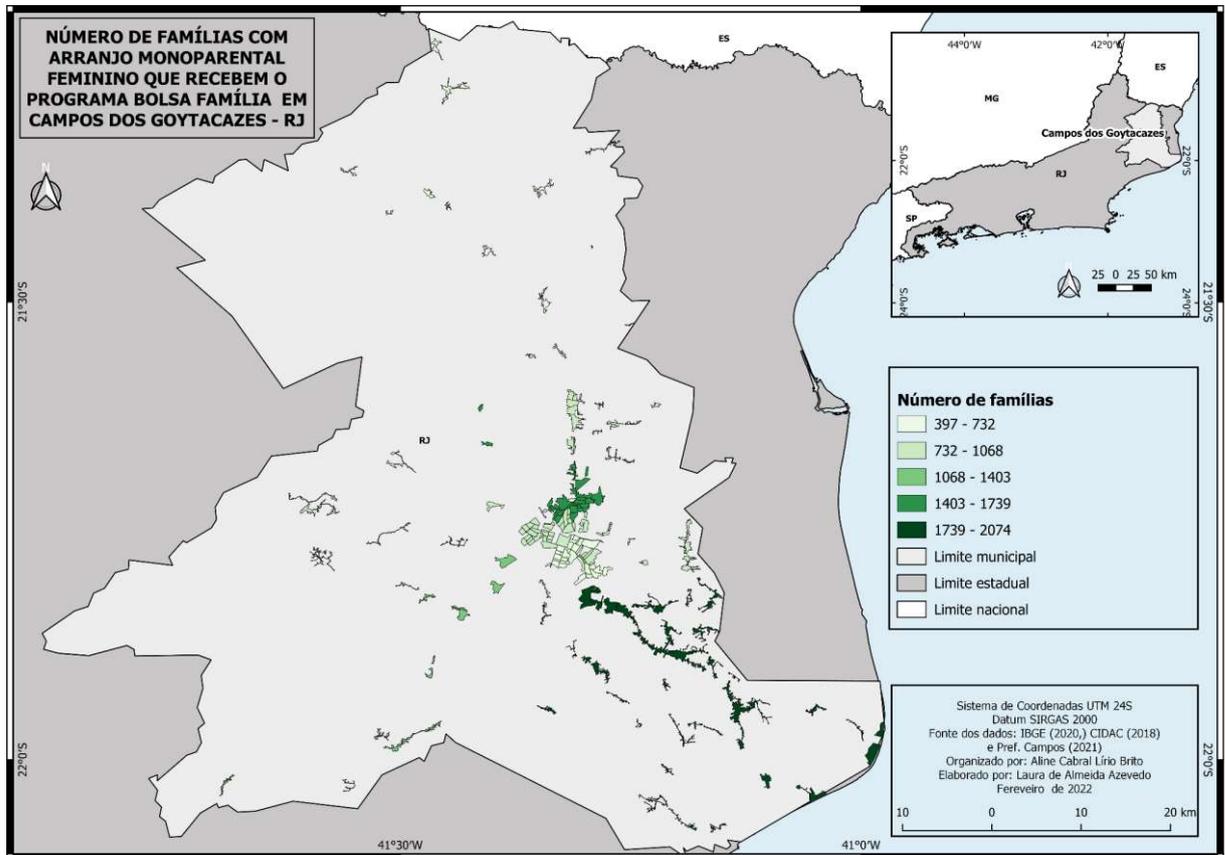
Mapa 2: Número de famílias cuja referência familiar é feminina que recebem o programa bolsa família em Campos Goytacazes - RJ - 2021



Fonte: Elaboração própria a partir do relatório técnico de mulheres no cadastro único, 2021

Nesses territórios estão presentes também o maior número absoluto de famílias cuja referência familiar é feminina e que recebem o PBF (mapa 2), nessa ordem, Goytacazes (6.277 famílias) e Parque Guarus (4.275 famílias) e Codin (4.260 famílias). Em contrapartida, o menor número absoluto de famílias cuja referência familiar é feminina e que recebem o PBF estão presentes nos territórios do CREAS da Penha (1.916 famílias), Chatuba (1.631 famílias) e Matadouro (1.094 famílias).

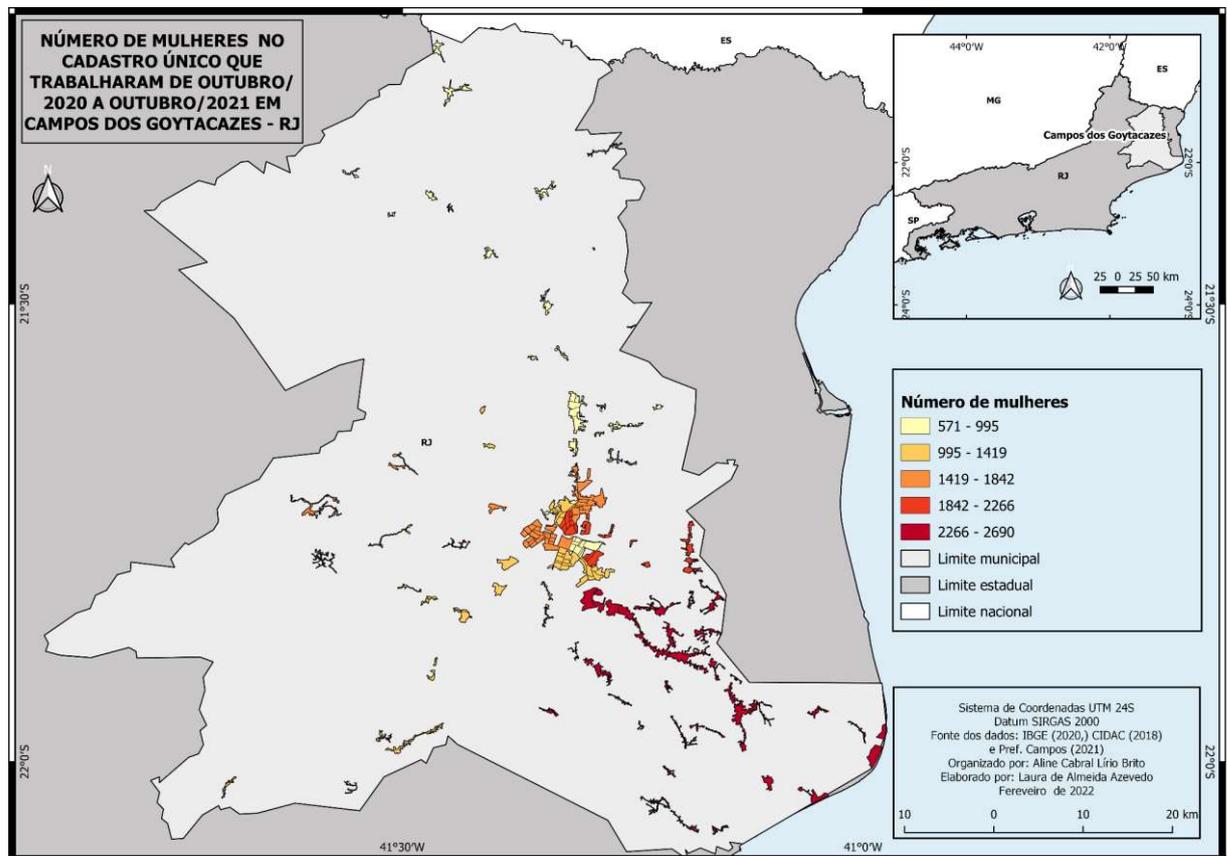
Mapa 3: Número de famílias com arranjo monoparental feminino que recebem o programa bolsa família em Campos dos Goytacazes - RJ



Fonte: Elaboração própria a partir do relatório técnico de mulheres no cadastro único, 2021

Em relação aos dados dos arranjos monoparentais de chefia feminina, sem cônjuge no Cadastro Único que recebem PBF (mapa 3), observamos maior expressividade nessa categoria no território de Goitacazes (2.074 famílias), Codin (1.638 famílias) e Guarus (1.513 famílias). E os menores números no território da Penha (604 famílias), Chatuba (515 famílias) e Matadouro (397 famílias).

Mapa 4: Número de mulheres no cadastro único que trabalharam em 2021



No que se refere aos dados das mulheres cadastradas no cadastro único e mercado de trabalho, observamos que entre as mulheres com 16 anos ou mais, apenas 22% declararam ter trabalhado nos últimos 12 meses, em números absolutos das 79.530 mulheres nessa faixa etária de idade, apenas 17.951 mulheres declararam ter trabalhado nos últimos 12 meses.

Quanto à distribuição desses dados por território do CREAS, constatamos que os números mais expressivos de mulheres que trabalharam nos últimos 12 meses estão presentes nos territórios de Goitacazes (2.690 mulheres), Jardim Carioca (2.036) e Codin (1.770 mulheres) e o menor quantitativo de mulheres que trabalharam nesse mesmo período estão presentes nos territórios de Travessão (846 mulheres), Matadouro (612 mulheres) e Morro do Coco (571 mulheres) (mapa 4).

Esses dados afirmam as estatísticas encontradas na pesquisa estatística de gênero realizada pelo IBGE em relação a população economicamente ativa, apesar do maior número da população com 16 anos ou mais ser feminino em Campos dos Goytacazes, elas representam o menor quantitativo de pessoas ocupadas em relação ao sexo masculino.

Esses dados mostram a predominância de mulheres no cadastro único e o expressivo número de famílias que apresentam a mulher como referência familiar. Confirmando a discussão construída ao longo do trabalho no que tange a relação de mulheres chefes de família e pobreza (PEREIRA; SCHIMANSH, 2013), resultado de uma organização socialmente construída, patriarcal, branca, heteronormativa e de sexo (SILVA, SILVA, 2021; SILVA, 2018; SAFFIOTI, 1976).

4. Considerações Finais

O presente trabalho de conclusão de curso se debruçou sobre questões que estão sendo debatidas no mundo: Desigualdade de Gênero e a Inserção das Mulheres no Mercado de Trabalho e que apesar das políticas públicas buscarem amenizar as dificuldades dessas mulheres há ainda muito a ser feito.

Como resultado dos dados aqui sistematizados constatamos a predominância de mulheres como referência principal familiar e famílias monoparentais, ou seja, mulheres como chefes de família sem o cônjuge. Tais mulheres precisam se dedicar ao trabalho doméstico e ao trabalho fora de suas residências. Isso nos mostra a relação estreita entre mulheres chefes de família e a pobreza. resultado de um projeto de organização familiar, patriarcal, branca, heteronormativa e de sexo.

Além disso, com base na discussão construída ao longo do texto e os dados quantitativos constatamos que as diferenças entre as atividades dos homens e mulheres são construções sociais e que para serem analisadas precisaremos retornar ao período colonial, fazendo uma análise pautada na história da mulher ao longo do tempo. Tal relação trata-se de uma relação de poder e dominação. Podemos usar como exemplo as diferenças entre o número de mulheres e homens em cargos de chefia, cujo o homem apresenta maior representatividade.

É necessário ainda trazer para a discussões os marcadores sociais que contribuem para tal relação hierárquica e de poder como raça, sexo, que resultam na desigualdade de gênero. Tomados em conjunto, os dados e considerações aqui apresentados atçam nossa agenda investigativa, desafiando-a a ir mais além em suas ambições temáticas, teóricas e metodológicas. Ir mais além não apenas no sentido de desvelar a discriminação que se esconde por detrás das estatísticas de desigualdades; de não apenas mostrar que são diversos os padrões de discriminação que atingem diferentes sujeitos (os quais são uma síntese de características, distintas por seu significado no quadro dos demarcadores sociais das qualidades subjetivas).

Esses dados nos provocam a avançar no estudo dos mecanismos de expressão do racismo e do sexismo no trabalho, articulando nossas teorizações sobre desigualdades ocupacionais, sobre organização do trabalho e sobre subjetividade dos atores nos achados nos campos de estudos das relações de gênero e relações raciais. Isto nos obrigará a renovar metodologicamente nossas abordagens do trabalho, seja em termos da construção dos nossos objetos, seja em termos das formas pelas quais a eles teremos acesso em termos operacionais. Sem esses avanços dificilmente poderemos progredir do conhecimento preciso às medidas dirigidas às almejadas (e efetivas) políticas de equidade. Portanto, o presente trabalho busca contribuir com as discussões nesse campo de estudo.

5. Referências Bibliográficas

BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe. Gênero, raça, classe: opressões cruzadas e convergências na reprodução das desigualdades. **Mediações - Revista de Ciências Sociais**, [s.l.], v. 20, n. 2, p.27-55, 25 dez. 2015. Universidade Estadual de Londrina.

BRASIL. Ministério da Cidadania. **O que é o Auxílio Brasil?** Brasília, 2022b. Disponível em: <https://www.gov.br/cidadania/pt-br/auxilio-brasil/auxilio-brasil>. Acesso em: 3 jan 2023.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Organizado por Juarez de Oliveira. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990. 168 p. (Série de Legislação Brasileira).

BRASIL. **Perguntas e respostas: Serviço Especializado em Abordagem social. SUAS e a população em situação de rua**. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social, 2013b, 4 v. 52 p. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/Perguntas_Servico_AbordagemSocial.pdf. Acesso em: 4 nov. 2022.

BRASIL. Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020. Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, para dispor sobre parâmetros adicionais de caracterização da situação de vulnerabilidade social para fins de elegibilidade ao benefício de prestação continuada (BPC), e estabelece medidas excepcionais de proteção social a serem adotadas durante o período de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (Covid-19) responsável pelo surto de 2019, a que se refere a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020. Brasília, DF: Presidência da República, 2020. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n13.982-de-2-de-abril-de-2020-250915958>. Acesso em: 17 jan. 2023.

BRASIL. [Lei n. 8.742, de 7 de dezembro de 1993]. **Lei orgânica da assistência social (LOAS)**. Lei n. 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências, e legislação correlata. – 3. ed. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2016.

CAMPOS DOS GOYTACAZES. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano e Social. **Diagnóstico Territorial de Campos dos Goytacazes**. Rio de Janeiro: 2021.

CASTRO, Jorge Abrahão de; ARAÚJO, Herton Ellery (org.). **Situação social brasileira: monitoramento das condições de vida**. Brasília: Ipea, 2012. 168 p. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3090/1/Livro_Monitoramento%20das%20condi%C3%A7%C3%B5es%20de%20vida%202.pdf. Acesso em: 10 dez. 2021.

CATANI, Afrânio Mendes. **O que é capitalismo**. São Paulo: Brasiliense, 2017. vol. 8, n.2 2013. <https://doi.org/10.36311/1984-8900.2021.v13n34.p364-393>. <<https://doi.org/10.1590/S0103-49792008000200013>>.

COSTA, F. A. da. Mulher, trabalho e família: os impactos do trabalho na subjetividade da mulher e em suas relações familiares. **Pretextos - Revista da Graduação em Psicologia da PUC Minas**, v. 3, n. 6, p. 434 -452, 12 set. 2018.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

_____. **Estatística de Gênero**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DA SILVA, Robson Roberto. Principais políticas de combate à fome implementadas no Brasil. **Textos & Contextos (Porto Alegre)**, v. 5, n. 1, p. 1-19, 2006.

DE SOUZA, Sidimara Cristina; FREIRE, Mariana Frizheiro da Silva Cruz; ALCHORNE, Sindely. **A Política de transferência de renda no Brasil**.

BONETTI, Alinne L.; ABREU, Maria A. A. (org.). **Faces da desigualdade de gênero e raça no Brasil**. Brasília: Ipea, 2011. 160 p.

FSP (2011). FOLHA DE SÃO PAULO. Apesar de avanços, Brasil continua em baixa em índices globais. São Paulo 29.12.2011. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/bbc/1027062-apesarde-avancos-brasil-continua-em-baixa-em-indices-globais.shtml>. Acesso em: janeiro de 2023.

FARIA, Amanda Bernaldo. Amélias: imagens da mulher de verdade na canção de Ataulfo Alves. **Revista Brasileira de Estudos da Canção**. 2014, p. 2238-1198.

HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. **SciELO**, S.L., p. 61-73, 14 out. 2021.7

IPEA. **Retrato das desigualdades de gênero e raça**. Brasília: IPEA, 2009.

MARTINS, Isis do Mar Marques. Geografia da família, aspectos teóricos e abordagens qualitativas: uma introdução. **Geografares**, Espírito Santo, v. 1, p. 1-16, jul. 2022. Disponível em: <http://journals.openedition.org/geografares/3839>. Acesso em: 01 dez. 2022.

JESUS, Magda Sifuentes. **A participação da mulher no mercado de trabalho no Brasil**. Brasília. 2016, p.64 a 68.

MOURA, R. G. de; LOPES, P. de L.; DA SILVEIRA, R. C. O papel da nova mulher nas famílias brasileiras. **Cadernos UniFOA**, Volta Redonda, v. 11, n. 32, p. 55–66, 2016. DOI: 10.47385/cadunifoa.v11.n32.430. Disponível em: <https://revistas.unifoa.edu.br/cadernos/article/view/430>. Acesso em: 16 fev. 2023.

MONTEIRO, Helena Maria Diu Raposo. **Mulher, trabalho e identidade: relatos de mulheres em cargos de poder e prestígio sobre suas trajetórias profissionais**. Recife: O autor, 2015. 126.

MARTINS, Adeliane, SILVA, Jaqueline; VIEIRA, Pauliane. **Desigualdade de Gênero no Mercado de Trabalho**. ITC - CARATINGA, 2017.

MARQUES, Maria Cristina Maciel. **Vidas à margem: relações de gênero, etnia e espaço na narrativa afro-brasileira contemporânea**. 2016. 113 f. Dissertação (Mestrado em Literatura). Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

PEREIRA, Cláudia Moraes e Silva; SCHIMANSH, Edina. **família, gênero e novas configurações familiares: um olhar sobre a mulher e a condição de pobreza**. Vol. 8 Num.2 2013.

RIBEIRO, Regina Martins; JESUS, Rosilene Soares de. A inserção da mulher no mercado de trabalho no Brasil. **Revista de Ciências Humanas**, Viçosa, v. 16, p. 42-56, jun. 2016.

SILVA, Lisiana Lawson Terra da . Mulheres e o mundo do trabalho: a infindável dupla jornada feminina. REIS, v. 3, n. 1, jan.-jun. 2019, p. 120 - 131 | Rio Grande. <https://periodicos.furg.br/reis/article/view/9171/6276> acessado em out.2020.

SILVA, Joseli Maria; ORNAT, Marcio Jose; CESAR, Tamires Regina Aguiar de Oliveira; CHIMIN JUNIOR, Alides Baptista. Corpos e marcadores de desigualdades na análise geográfica: gênero, sexualidade e racialidade. **Gênero e Diversidade na Escola : Espaço e Diferença: Abordagens Geográficas da Diferenciação Étnica, Racial e de Gênero**, Goiânia, p. 68-82, 2018. Disponível em: <https://publica.ciar.ufg.br/ebooks/genero-e-diversidade-na-escola/conteudo/parte2/02.html>. Acesso em: 10 jan. 2023.

SILVA, Maria Ozanira da Silva. **Os programas de transferência de renda e a pobreza no Brasil: superação ou regulação?** 2005. p.6-12.

SILVA, Ana Paula Melo da; SILVA, Rusvênia Luiza Batista Rodrigues da. uma geografia do trabalho de empregadas domésticas negras no brasil. In: XIV Enanpege XIV encontro nacional de pós-graduação e pesquisa em geografia, 14., 2021, Online. **Anais**. Online: Editora Realize, 2021. p. 1-12. Disponível em: https://editorarealize.com.br/editora/anais/enanpege/2021/TRABALHO_COMPLETO_EV154_MD1_SA174_ID193316112021121727.pdf. Acesso em: 15 jan. 2022.

SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes**. Rio de Janeiro: Vozes, 1976.

SANTOS, Adelcio Machado dos; MENDES, Dreone; FREIBERGER, Rubens Luis. Capitalismo, globalização e interações com a pesquisa científica. **Conjecturas**, [S.L.], v. 22, n. 2, p. 1089-1107, 25 mar. 2022. União Atlântica de Pesquisadores. <http://dx.doi.org/10.53660/conj-791-d03>.

TORO, Mariana Alejandra Roedel Salles. **A inserção da mulher no mercado de trabalho: emancipação ou precarização**. 2018.

TROVÃO, C. J. B. M. **A pandemia da covid-19 e a desigualdade de renda no Brasil: um olhar macrorregional para a proteção social e os auxílios emergenciais**. Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2020.

VARGAS, Emiliana et al. **Os discursos de Vargas e as políticas sociais no Brasil de 1930 a 1940**. 2007 p.32.